



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Março/2010

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Jorge Armando Felix

Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Antonio Sergio Geromel

Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais - GSIPR

José Alberto Cunha Couto

Secretário de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares - GSIPR

Francisco Joseli Parente Camelo

Diretor do Departamento de Gestão e de Articulação Institucional - GSIPR

Exedito Alves de Lima

Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - GSIPR

Raphael Mandarin Junior

Diretor do Departamento de Segurança - GSIPR

Marcelo Muniz Costa

Chefe do Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - GSIPR

Marco Antônio Ramos

Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas

Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília-DF, 29 de março de 2010.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
APF – Administração Pública Federal
CC – Casa Civil
CDN – Conselho de Defesa Nacional
CEBW – Comissão do Exército Brasileiro em Washington - EUA
CNAAA – Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CNA GEN – Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear
COPREN/AR – Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Angra dos Reis
COPREN/RES – Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência no Município de Resende
COPRON – Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
CREDEN – Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo
DAS – Grupo-Direção e Assessoramento Superiores
DGes – Departamento de Gestão e de Articulação Institucional
DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DOU – Diário Oficial da União
DSeg – Departamento de Segurança
DSIC – Departamento de Segurança da Informação e Comunicações
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas
GECC – Gratificação de Exercício de Cargo em Confiança
GSIPR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GT – Grupos Técnicos
IEC – Infraestrutura Crítica
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
NA - Não Aplicáveis
Nu SIPRON – Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
OD – Ordenador de Despesas
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNB – Programa Nuclear Brasileiro
PR – Presidência da República
RG – Relatório de Gestão
SA – Secretaria de Administração
SAEI – Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais
SCAAM – Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares
SE – Secretário-Executivo
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIPRON – Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
SISNAD – Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Tabela 1 – Reuniões de Trabalho em 2009	24
Tabela 2 – Temas acompanhados pela SAEI/GSI/PR	26
Tabela 3 – Eventos realizados pela SAEI/GSI/PR	27
Tabela 4 – Programa 0641 - Inteligência Federal	34
Tabela 5 – Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	35
Tabela 6 – Ação 2003 - Ações de Informática	35
Tabela 7 – Ação 6232 - Capacitação de Recursos Humanos em Segurança da Informação e Comunicações	36
Tabela 8 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	36
Tabela 9 – Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos	37
Tabela 10 – Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares	37
Tabela 11 – Ação 2B27 - Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON	38
Tabela 12 – Programação Orçamentária	38
Tabela 13 – Programação de Despesas Correntes	39
Tabela 14 – Programação de Despesas de Capital	39
Tabela 15 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	39
Tabela 16 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	41
Tabela 17 – Despesa por Modalidade de Contratação	42
Tabela 18 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	43
Tabela 19 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	44
Tabela 20 – Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada	44
Tabela 21 – Composição do Quadro de Recursos Humanos	45
Tabela 22 – Composição e custo de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	46
Tabela 23 – Pagamento de Restos a Pagar	47
Tabela 24 – Transferências Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos	48
Tabela 25 – Transferências Ação 2B27 - Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	52
Tabela 26 – Transferências Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	53
Tabela 27 – Transferências Ação 6232 Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação	53
Tabela 28 – Transferências Ação 2003 - Tecnologia da Informação	53

S U M Á R I O

<u>Apresentação</u>	pág 08
1. <u>Identificação da Unidade Jurisdicionada</u>	pág 13
2. <u>Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade Jurisdicionada</u>	pág 15
2.1 <u>Responsabilidades institucionais da Unidade Jurisdicionada GSIPR e unidades consolidadas</u>	pág 15
2.1.1 <u>Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República-GSIPR</u>	pág 15
2.1.2 <u>Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI</u>	pág 16
2.1.3 <u>Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares – SCAAM</u>	pág 17
2.1.4 <u>Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGes</u>	pág 20
2.1.5 <u>Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC</u>	pág 21
2.1.6 <u>Departamento de Segurança – D Seg</u>	pág 22
2.1.7 <u>Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Nu SIPRON)</u>	pág 23
2.2 <u>Estratégias de atuação</u>	pág 24
2.2.1 <u>Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI</u>	pág 24
2.2.2 <u>Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGes</u>	pág 28
2.2.3 <u>Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC</u>	pág 29
2.2.4 <u>Departamento de Segurança – D Seg</u>	pág 31
2.2.5 <u>Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Nu SIPRON)</u>	pág 32
2.3 <u>Programas e Ações</u>	pág 34
2.3.1 <u>Programa 0641 - Inteligência Federal</u>	pág 34
2.3.2 <u>Programa 0750 - Apoio Administrativo</u>	pág 36
2.3.3 <u>Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares</u>	pág 37
2.4 <u>Programação Orçamentária</u>	pág 38
2.4.1 <u>Programação de Despesas Correntes</u>	pág 38
2.4.2 <u>Programação de Despesas de Capital</u>	pág 39
2.4.3 <u>Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência</u>	pág 39
2.4.4 <u>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</u>	pág 40
2.5 <u>Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade Jurisdicionada</u>	pág 42
2.5.1 <u>Despesas por Modalidade de Contratação</u>	pág 42
2.5.2 <u>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa</u>	pág 42

2.5.3 <u>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa</u>	pág 43
2.6 <u>Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada</u>	pág 44
3. <u>Informações sobre Recursos Humanos</u>	pág 45
3.1 <u>Composição do Quadro de Recursos Humanos</u>	pág 45
3.2 <u>Composição e custo de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009</u>	pág 45
4. <u>Pagamento de Restos a Pagar</u>	pág 47
5. <u>Transferências</u>	pág 48

Anexo: Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada

Acompanha o presente Relatório de Gestão da UJ GSIPR o Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada Agregada Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD)

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão compõe o processo de prestação de contas, referente ao exercício de 2009, da Unidade Jurisdicionada (UJ) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), para fins de análise e julgamento desse Tribunal, obedecendo às disposições da Instrução Normativa-TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008, Decisão Normativa-TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, Decisão Normativa-TCU nº 102, de 02 de dezembro de 2009 e a Portaria-TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009.

Assim sendo, o Relatório de Gestão / 2009 do GSIPR está estruturado em tópicos, de forma a apresentar os seguintes dados: identificação da Unidade Jurisdicionada; informações sobre a gestão orçamentária da Unidade Jurisdicionada; responsabilidades institucionais da Unidade Jurisdicionada GSIPR e de suas unidades consolidadas; estratégias de atuação empregadas; programas e ações orçamentárias; informações sobre recursos humanos; restos a pagar e transferências efetuadas. Em anexo, é apresentada a Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada GSIPR.

Ao final, é apensado o Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada Agregada Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

Outrossim, os itens abaixo elencados, constantes do Anexo II da DN-TCU nº 100 acima mencionada, não foram apreciados em razão de os mesmos não se aplicarem à realidade desta Unidade Jurisdicionada, consoante com o estabelecido no Decreto nº 6.931, de 11 agosto de 2009, que define as competências institucionais do GSIPR:

- Indicadores Institucionais;
- Contratos de Terceirização de Área-fim;
- Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos;
- Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Renúncias Tributárias concedidas pela UJ;
- Valores concedidos a título de renúncia de receita e respectiva contrapartida;
- Usufrutuários Diretos da Renúncia – Pessoa Jurídica e Física;
- Beneficiários da Renúncia – Pessoa Física e Jurídica;
- Ações Financiadas com Recursos de Renúncia de Receita pela própria UJ;
- Prestações de Contas de Renúncia de Receitas;

- Indicadores de Gestão de Renúncia de Receitas;
- Cumprimento das Deliberações do TCU (não houve);
- Composição Acionária do Capital Social; e
- Composição Acionária da UJ como Investidora.

Cumprir informar também que, por intermédio do Decreto nº 6.346, de 8 de janeiro de 2008, a Casa Civil da Presidência da República transferiu para o GSIPR determinadas competências relativas ao planejamento e à execução orçamentário-financeira das atividades finalísticas deste órgão da estrutura essencial da Presidência da República, o que motivou a criação, naquele ano, da Unidade Gestora 110322 - GSIPR. Entretanto, embora os níveis decisórios de planejamento e ordenação orçamentário-financeira dos processos finalísticos de interesse do GSIPR estejam a cargo desta UJ, os níveis de execução financeira, contábil e patrimonial, além da gestão dos recursos humanos, permanecem sob a responsabilidade direta da Secretaria de Administração da Casa Civil/PR, em razão deste Gabinete não possuir uma estrutura mínima – em pessoal, material e instalações - que permita o pleno gerenciamento das ações e informações, bem como o efetivo desempenho de uma Unidade Gestora convencional.

Principais realizações da gestão no exercício

Entre as principais realizações da gestão da UG GSIPR no exercício de 2009, em consonância com suas atribuições legais, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI) - órgão integrante da estrutura organizacional deste Gabinete - na “prevenção e gerenciamento de crises”, no âmbito nacional e mesmo internacional. Assim, a SAEI atuou em articulação com diversos ministérios da República e outros órgãos federais e estaduais, no intuito de reduzir tensões, que poderiam vir a se transformar em crises de vulto, além de assessorar, em alto nível, as decisões a serem tomadas pelo Senhor Presidente da República acerca dos assuntos.

Cumprir também destacar os trabalhos realizados em relação a quatro dos principais setores de infraestrutura crítica do País, a saber: transporte, águas, energia e telecomunicações. No correr de 2009, precisamente, foram ativados os grupos técnicos de segurança em infraestrutura crítica referentes aos dois primeiros desses setores supramencionados.

Outro ponto de destaque foi o emprego do “Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República - GeoPR”, que traduziu-se em uma poderosa ferramenta de Estado, dotada de elevado potencial estratégico, na medida em que

permitiu o estabelecimento de inteligência coletiva sobre dados espaciais originados dos mais diversos órgãos.

Cabe citar, ainda, como uma das ações de relevo na gestão do GSIPR no exercício passado, o início das obras de construção, melhoria e adequação das novas instalações do Departamento de Segurança (DSeg) - outro órgão que integra o GSIPR, que tem a missão precípua de garantir a integridade física do mandatário da Nação e de seus familiares - tendo sido destinados, aproximadamente, 45% dos recursos orçamentários que cabiam àquele departamento na consecução dessa ação.

No tocante à capacitação de recursos humanos na área de segurança da informação, o GSIPR, por intermédio de seu Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), deu continuidade em 2009 à estratégia de parceria com diferentes organizações da Administração Pública Federal, que foram favorecidas com a oferta de vagas ou realizações de oficinas, seminários e cursos, promovidos pelo DSIC, no intuito de ampliar a participação desses entes federados e otimizar os recursos disponíveis. Os créditos orçamentários da UJ, alocados para tal finalidade, foram aplicados, particularmente, na conscientização, capacitação e especialização de servidores públicos da União nessa vertente da segurança institucional.

Ainda no contexto das realizações do GSIPR em 2009, salienta-se que, desde a publicação do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009, o órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON) passou a ser o GSIPR. Assim, pode ser considerado como um dos destaques da gestão desta UJ, no ano considerado, a realização do Exercício Geral de Resposta à Emergência Nuclear, em Angra dos Reis/RJ, ocorrido em 22 de outubro de 2009. Tal evento contou com a participação de peritos e observadores nacionais e internacionais, incluindo integrantes da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A troca de experiências com esses participantes do mencionado Exercício Geral, resultou no aprimoramento da legislação do setor e permitiu o aperfeiçoamento dos procedimentos de resposta para uma situação de emergência nessa sensível área de geração de energia para o País.

Planos e projetos para o exercício de 2010

No ano de 2010, o GSIPR, por intermédio da SAEI, dará prosseguimento aos trabalhos dos “Gabinetes de Crise” já instalados para tratar das questões referentes à ajuda humanitária ao Haiti e ao Chile, por ocasião dos terremotos que atingiram esses países. A Secretaria dará, ainda, sequência, às medidas de prevenção, preparação e enfrentamento da Gripe A (H1N1),

em conjunto com o Ministério da Saúde e outros órgãos federais, haja vista ser este um assunto de significativa importância para a saúde pública do País.

No que toca ao Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República - GeoPR e salas de situação interligadas, planeja-se o aperfeiçoamento e ampliação de seu emprego, tendo em vista a importância que tem esse instrumento de apoio à decisão da Presidência da República.

Também em 2010, planeja-se o pleno funcionamento do escritório do GSIPR em Campinas/SP - situado nas instalações da EMBRAPA daquela cidade - coordenado administrativa e tecnicamente pela SAEI. O objetivo é apoiar trabalhos da Secretaria, como, por exemplo, o estudo e acompanhamento de temas ambientais referentes à competência do Conselho de Defesa Nacional.

Outra meta a ser alcançada pelo GSIPR em 2010, diz respeito ao prosseguimento da implantação do Plano Diretor de Obras da Segurança Presidencial, sob responsabilidade direta do DSeg, que busca, entre outros objetivos, viabilizar a adequação de espaços físicos destinados à capacitação física dos agentes de segurança, bem como acomodar, em melhores condições que as atuais, a Guarda Militar e a tropa que participa do cerimonial protocolar que é devido ao Senhor Presidência da República.

A compra de armamentos e munições no exterior, viabilizada mediante termo de cooperação firmado com a Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), com a finalidade de aumentar a capacidade operacional da Segurança Presidencial, também se constitui em meta planejada pelo GSIPR a ser concretizada no ano de 2010.

No que respeita às competências do GSIPR, quanto à segurança da informação e das comunicações, destaca-se como uma ação de vulto para o ano considerado a realização de um exercício de segurança cibernética, com a participação de representantes do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa, Forças Armadas, Departamento da Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência, entre outros órgãos que têm interesse no tema. Além disso, o GSIPR tem o propósito de promover um Congresso (SICGov), seis seminários (SEMSIC) e três colóquios/palestras de sensibilização acerca dos temas “segurança da informação e comunicações” e “segurança cibernética” em oito eventos nacionais e quatro internacionais.

Por fim, outro objetivo de vulto almejado pelo GSIPR para 2010, desta feita na sua condição de órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, é o de

promover e coordenar, em setembro próximo, um Exercício Parcial de Resposta à Emergência Nuclear na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Angra dos Reis-RJ, com o propósito de avaliar e, se for o caso, aperfeiçoar o planejamento de emergência para aquela central nuclear.

Identificação de Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Presidência da República - Gabinete de Segurança Institucional			Código SIORG: 20000
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República			
Denominação abreviada: GSIPR			
Código SIORG: -	Código na LOA: -	Código SIAFI: -	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-3188	(061) 3411-1286	(061) 3411-1899
Endereço eletrônico: gsipr@planalto.gov.br			
Página da Internet: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/gsi/			
Endereço Postal: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II sala 202, Brasília – DF, CEP: 70150-900. Tel 0xx6134113188			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI	ativa	-	
Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares - SCAAM	ativa	-	
Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGeS	ativa	-	
Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC	ativa	-	
Departamento de Segurança – D Seg	ativa	-	
Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Nu SIPRON)	ativa	-	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo Nacional Antidrogas			
Denominação abreviada: FUNAD			
Código SIORG: 20926	Código LOA: 20926	Código SIAFI: 20926	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-2904	(061) 3411-2211	(061) 3411-4991
Endereço eletrônico: senad@planalto.gov.br			
Página da Internet: http://www.senad.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A" - 5º andar CEP: 70054-906 Brasília - DF			

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (DOU de 29 de maio de 2003)	
Decreto nº 6.931, de 11 de Agosto de 2009 (DOU de 12 de agosto de 2009)	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
-	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
-	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
110322	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
110246	Fundo Nacional Antidrogas
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110322	00001
110246	00001

2. Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade Jurisdicionada

2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade Jurisdicionada GSIPR e unidades consolidadas

2.1.1 Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSIPR

Em consonância com o Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009, compete ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR:

- assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições;
- prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional;
- realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança;
- coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação; e
- zelar pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República.

Os locais onde o Chefe de Estado e o Vice-Presidente da República trabalham, residam, estejam ou haja a iminência de virem a estar, e adjacências, são áreas consideradas de segurança das referidas autoridades, cabendo ao GSIPR, adotar as necessárias medidas para a sua proteção, bem como coordenar a participação de outros órgãos de segurança nessas ações.

Compete, ainda, ao GSIPR:

- coordenar e integrar as ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes que causem dependência física ou psíquica, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação e a re-inserção social de dependentes;
- supervisionar, coordenar e executar as atividades do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD, no que se refere aos assuntos de que trata o item anterior;
- executar as atividades permanentes, técnicas e de apoio administrativo, necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional - CDN, de conformidade com o disposto na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991;

- exercer as atividades de Secretaria-Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, de conformidade com regulamentação específica; e

- exercer as atividades de órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON.

2.1.2 Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI

A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI não desempenha papel finalístico na execução de políticas públicas, contudo, é um dos setores responsáveis por assessorar e assistir ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR no âmbito de sua competência.

Dentre as principais atribuições da Secretaria, destacam-se: o assessoramento ao Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional – CDN e ao Secretário-Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo – CREDEN; o acompanhamento de temas com potencial para gerarem crises para o Estado, para a Sociedade e para o Governo; a articulação com órgãos e instituições para prevenir ocorrência de crise; o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional; o acompanhamento do andamento de propostas de edição de instrumentos legais e jurídicos, em tramitação na Presidência da República, relacionados com o assentimento prévio; a elaboração de estudos e a proposição de medidas para aumentar a eficiência no gerenciamento de assuntos relacionados às competências do CDN e da CREDEN; o estudo de temas relacionados à segurança institucional e ao uso e ocupação de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; e a coordenação do Comitê Gestor do Sistema Geo-PR e do Gabinete de Crises.

A SAEI é responsável, ainda, pela execução da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 0641 – Inteligência Federal, que objetiva desenvolver atividades de inteligência e de segurança da informação com vistas a subsidiar o Presidente da República na execução do processo decisório e na condução dos assuntos de interesse nacional. A Ação 2272 agrega as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do referido Programa, quais sejam, sistemas de informações gerenciais internos; estudos que buscam elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de

eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações, aquisição de equipamentos para melhor equipar as áreas e demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração do Programa.

Para atender aos encargos a que se incumbe, a SAEI/GSI/PR encontra-se organizada em Coordenação-Geral de Estudos Institucionais, Coordenação-Geral de Acompanhamento, Coordenação-Geral de Assentimento Prévio e Coordenação-Geral de Sistemas e Integração de Dados Institucionais.

2.1.3 Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares – SCAAM

Dentro do cenário das Políticas Públicas, mais precisamente, sobre a segurança das principais instituições nacionais, atividade fim deste Gabinete, compete à SCAAM uma gama de responsabilidades relacionadas à execução de eventos e viagens com a participação do Chefe de Estado, além do assessoramento aos demais órgãos da Presidência da República sobre a situação das Forças Armadas e do seu emprego. Sendo assim, são atribuições da SCAAM:

- assessorar e assistir o Ministro de Estado e o Secretário-Executivo do GSIPR no âmbito de sua competência;
- planejar e coordenar, em conformidade com as orientações do Gabinete Pessoal do Presidente da República, as ações necessárias para a execução de viagens presidenciais no País e no exterior, e articular com os demais órgãos envolvidos;
- coordenar, em articulação com os diversos setores da Presidência da República e demais órgãos envolvidos, a participação do Presidente da República em cerimônias militares e outros eventos;
- acompanhar a tramitação, na Presidência da República, de propostas de edição de documentos relacionados com assuntos de natureza militar;
- proceder e acompanhar a realização de estudos para subsidiar o assessoramento pessoal do Ministro de Estado ao Presidente da República em assuntos de natureza militar;
- planejar, coordenar e controlar, em articulação com a Casa Civil e o Gabinete Pessoal da Presidência da República, a execução das atividades de transporte do Presidente da República;

- supervisionar, em articulação com o Gabinete Pessoal, a execução do transporte aéreo do Chefe de Estado ou de outras autoridades ou personalidades, bem como das missões em proveito da Presidência da República, quando determinado pelo Presidente da República;

- propor a atualização das normas para a realização das viagens presidenciais, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

- manter atualizado o banco de dados referente às viagens presidenciais nos assuntos de sua competência;

- planejar e coordenar as atividades relacionadas ao cerimonial militar nos palácios presidenciais ou em local determinado pelo Presidente da República;

- promover contatos com os demais órgãos da Presidência da República, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com outros órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta, quando necessário ou por determinação superior; e

- realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado e pelo Secretário-Executivo.

Às Assessorias Militares para Assuntos de Marinha, de Exército e de Aeronáutica, integrantes da estrutura da SCAAM, competem:

- coordenar a preparação e a execução de viagens presidenciais, bem como dos eventos no Distrito Federal e cerimônias militares que contarem com a participação do Presidente da República;

- coordenar a preparação e a execução das visitas presidenciais às Organizações Militares das respectivas Forças Armadas;

- acompanhar e dar andamento nas correspondências endereçadas à Presidência da República que envolvam assuntos militares, de acordo com as respectivas Forças Armadas;

- assessorar o Secretário de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares na realização de estudos e acompanhamento de matérias atinentes às respectivas Forças Armadas;

- executar as atividades administrativas específicas de cada Assessoria Militar;

- participar do trâmite administrativo das despesas realizadas em proveito da Presidência da República, durante as viagens presidenciais, por meio dos Coordenadores de Viagem;

- encarregar-se dos trâmites administrativos para designação do Coordenador de Segurança de Área nas viagens nacionais e nos eventos no Distrito Federal;

- controlar o material da Assessoria; e
- realizar outras atividades determinadas pelo Secretário de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares.

À Assessoria Militar para Assuntos de Marinha compete, especificamente:

- guarnecer e supervisionar a manutenção da lancha presidencial e suas respectivas instalações de apoio;

- solicitar, aos órgãos competentes, os apoios de meios navais que se fizerem necessários às viagens presidenciais; e

- coordenar, controlar e executar as requisições de pessoal militar da Marinha para atender à Presidência da República e participar da gestão dos militares da ativa da Marinha do Brasil lotados no GSIPR.

À Assessoria Militar para Assuntos de Exército compete, especificamente:

- coordenar as cerimônias de apresentação de credenciais de diplomatas estrangeiros e a recepção dos Chefes de Estado nos Palácios Presidenciais ou em outro local determinado pelo Presidente da República; e

- supervisionar a cerimônia de arriação festiva da Bandeira Nacional no Palácio do Planalto, todas as sextas-feiras, às 17:00 horas, exceto feriados e dias sem expediente.

À Assessoria Militar para Assuntos de Aeronáutica compete, especificamente:

- auxiliar na inspeção dos helipontos e das instalações dos aeródromos, onde for operar e permanecer a aeronave presidencial;

- planejar e coordenar a execução das missões de transporte aéreo do Chefe de Estado e de autoridades e personalidades, bem como das missões de interesse da Presidência da República, quando determinado;

- executar as atividades necessárias ao embarque e controle dos passageiros, da carga e da bagagem nas missões em apoio à Presidência da República;

- zelar pelo serviço de comissaria e assegurar a qualidade da alimentação do Chefe de Estado, bem como em missões de interesse da Presidência da República; e

- providenciar, quando das viagens internacionais, o trâmite de toda a documentação dos passageiros e tripulação, bem como o desembarço junto à Secretaria da Receita Federal.

Tendo em vista o papel desempenhado por esta Secretaria e as competências relacionadas, não existem Programas e Ações de Governo sob sua gerência direta.

2.1.4 Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGes

De acordo com a Portaria nº 56-GSIPR, de 5 de novembro de 2009, que aprovou o Regimento Interno do GSIPR e nos termos do Art 6º do Anexo I do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009, compete ao Departamento de Gestão e de Articulação Institucional:

- proceder e acompanhar a realização de estudos sobre assuntos de natureza da administração militar e civil de interesse do GSIPR e de temas a serem submetidos ao Presidente da República;

- interagir com órgãos da Presidência da República, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com os demais órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta, para o trato de assuntos de sua competência ou por determinação superior;

- coordenar a preparação e a execução das viagens presidenciais, bem como eventos extra-palácio que contarem com a presença do Presidente da República;

- gerenciar, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, os assuntos de desenvolvimento organizacional, o planejamento e a execução das atividades de orçamento, de informática e dos assuntos administrativos do GSIPR;

- executar, por delegação de competência, a ordenação de despesas da Unidade Gestora (UG) 110322-GSIPR, consoante com as diretrizes do Ministro de Estado e do Secretário-Executivo do GSIPR;

- receber, protocolar, distribuir e expedir a correspondência atinente ao GSIPR;

- organizar o expediente a ser levado a despacho do Presidente da República;

- coordenar, controlar e executar as requisições de pessoal militar para atender à Presidência da República;

- executar a gestão de recursos humanos do GSIPR;

- acompanhar o andamento de instrumentos legais e jurídicos em tramitação na Presidência da República, relacionados com assuntos de natureza militar, administrativa e de segurança;

- coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades de publicação dos atos oficiais e a divulgação de matérias relacionadas com a área de competência do GSIPR; e

- realizar outras atividades determinadas pelo Secretário-Executivo ou pelo Ministro Chefe do GSIPR.

O Departamento de Gestão e de Articulação Institucional foi designado, ainda, pela Portaria nº 64, de 30 de novembro de 2009, para atuar como facilitador nas comunicações entre o órgão central de planejamento da Casa Civil da Presidência da República e as unidades administrativas sob coordenação direta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e da Agência Brasileira de Inteligência, com a finalidade de apoiar a elaboração dos planos gerenciais, o monitoramento e a avaliação dos programas e das ações, bem como a busca de subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e nos procedimentos específicos relacionados ao Plano Plurianual para o período 2008-2011.

2.1.5 Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC

O Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - DSIC/GSIPR tem, dentre outras atribuições, a responsabilidade de coordenar a execução da Ação 2003 (Ações de Informática) e da Ação 6232 (Capacitação de Recursos Humanos em Segurança da Informação e Comunicações), do Programa 0641 (Inteligência Federal), da UO 20101 (Presidência da República). Para tanto, contou com o efetivo composto por 27 (vinte e sete) servidores civis e militares que integraram a força de trabalho durante o exercício de 2009.

As atribuições sob competência do DSIC, estabelecidas pelo Art. 8º do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009, consolidam os objetivos estratégicos do GSIPR sob responsabilidade institucional do DSIC, nos seguintes termos:

I - adotar as medidas necessárias e coordenar a implantação e o funcionamento do Sistema de Segurança e Credenciamento - SISC, de pessoas e empresas, no trato de assuntos, documentos e tecnologia sigilosos;

II - planejar e coordenar a execução das atividades de segurança da informação e comunicações na administração pública federal;

III - definir requisitos metodológicos para implementação da segurança da informação e comunicações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

IV - operacionalizar e manter centro de tratamento e resposta a incidentes ocorridos nas redes de computadores da administração pública federal;

V - estudar legislações correlatas e implementar as propostas sobre matérias relacionadas à segurança da informação e comunicações; e

VI - avaliar tratados, acordos ou atos internacionais relacionados à segurança da informação e comunicações.

O DSIC tem, ainda, a missão de coordenar as ações de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

2.1.6 Departamento de Segurança – D Seg

O Departamento de Segurança da Presidência da República (D Seg) possui a missão institucional de assessorar diretamente o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional nos assuntos inerentes à segurança do Sr Presidente da República, Vice-Presidente da República, respectivos familiares e outras autoridades ligadas aos órgãos essenciais da Presidência da República, também executando os procedimentos de segurança em todos os locais onde tais autoridades estejam ou venham a estar.

De acordo com o Regimento Interno do GSIPR, são as seguintes missões específicas de competência do D Seg:

- zelar, assegurado o poder de polícia:

a) pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República, e dos seus respectivos familiares;

b) pela segurança dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e, quando determinado pelo Presidente da República, de outras autoridades ou personalidades;

c) pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e do Vice-Presidente da República.

- promover contatos com os demais órgãos da Presidência da República, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com outros órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, quando necessário ou por determinação superior;

- proceder e acompanhar a realização de estudos relativos à segurança, necessários ao assessoramento pessoal do Chefe do GSIPR ao Presidente da República;

- promover o treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos, assegurando sua capacitação para o eficiente desempenho das atividades finalísticas;

- manter escritórios de representação para a garantia da segurança dos dignitários legais, assegurando a economicidade e a efetividade das operações de segurança presidencial;

- gerenciar os riscos dos dignitários e das instalações sob sua custódia, bem como a inteligência operacional; e

- realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo.

2.1.7 Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), responsável por assegurar o planejamento integrado, a ação conjunta e a execução continuada de providências que visem a atender às necessidades de segurança do Programa Nuclear Brasileiro (PNB) e de seu pessoal, bem como da população e do meio ambiente com ele relacionados, foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.809, de 07 de outubro de 1980.

Esse diploma legal, inicialmente regulamentado pelo Decreto nº 85.565, de 18 de dezembro de 1980, constituía o referido Sistema por um conjunto de organizações públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas, tendo como órgão central, a então Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República.

As alterações introduzidas, no decorrer dos anos, na estrutura e no funcionamento de órgãos da Administração Pública Federal, com a extinção de uns e a criação de outros, geraram necessidades de adequar o edito regulamentar, que foram processadas nos Decretos nºs 89.225, de 22 de dezembro de 1983, 96.775, de 27 de setembro de 1988, 623, de 04 de agosto de 1992, e 2.210, de 22 de abril de 1997.

Com a publicação do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009, o GSIPR passou a exercer, efetivamente, tais atividades.

Como órgão central do SIPRON, o GSIPR é responsável pela orientação superior, pela coordenação-geral, pelo controle e pela supervisão do Sistema. Nesta tarefa, conta com o assessoramento da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON), um Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Angra dos Reis (COPREN/AR), um Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência no Município de Resende (COPREN/RES), um Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN) e de uma Equipe Permanente de Assessoramento e de Execução de Comunicação para o COPREN/AR.

Reuniões de Trabalho em 2009
1. Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON)
<i>1ª Reunião de Trabalho: dias 10, 11 e 12 de março, Brasília, DF</i>
<i>2ª Reunião de Trabalho: dias 29, 30 de junho e 01 de julho, São Paulo, SP</i>
<i>3ª Reunião de Trabalho: dias 15, 16 e 17 de setembro, Salvador, BA</i>
<i>4ª Reunião de Trabalho: dias 24, 25, 26 e 27 de novembro, Abadia de Goiás, GO</i>
2. Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Angra dos Reis (COPREN/AR)
<i>1ª Reunião de Trabalho: dias 12 e 13 de fevereiro, Rio de Janeiro, RJ</i>

<i>2ª Reunião de Trabalho: dias 14 e 15 de abril, Rio de Janeiro, RJ</i>
<i>3ª Reunião de Trabalho: dias 05 e 06 de maio, Rio de Janeiro, RJ</i>
<i>4ª Reunião de Trabalho: dias 02 e 03 de junho, Rio de Janeiro, RJ</i>
<i>5ª Reunião de Trabalho: dias 17 e 18 de agosto, Angra dos Reis, RJ</i>
<i>6ª Reunião de Trabalho: dias 29, 30 de setembro e 01 de outubro, Angra dos Reis, RJ</i>
<i>7ª Reunião de Trabalho: dias 20, 21, 22 e 23 de outubro, Angra dos Reis, RJ</i>
<i>8ª Reunião de Trabalho: dias 10 e 11 de novembro, Brasília, DF</i>
3. Comitê de Planejamento de resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Resende (COPREN/RES)
<i>1ª Reunião de Trabalho: dias 10 e 11 de fevereiro, Rio de Janeiro, RJ</i>
<i>2ª Reunião de Trabalho: dias 16 e 17 de abril, Rio de Janeiro, RJ</i>
<i>3ª Reunião de Trabalho: dias 04 e 05 de junho, Resende, RJ</i>
<i>4ª Reunião de Trabalho: dias 19, 20 e 21 de agosto, Angra dos Reis, RJ</i>
<i>5ª Reunião de Trabalho: dias 12 e 13 de novembro, Brasília, DF</i>

Tabela 1 – Fonte: Nu SIPRON

2.2 Estratégia de atuação

A seguir, serão elencadas as principais estratégias de atuação das unidades que integram o GSIPR na consecução de políticas públicas afetas a este órgão da estrutura essencial da Presidência da República:

2.2.1 Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI

No desempenho de uma de suas principais atribuições, qual seja, a de “Prevenção de Crises”, a SAEI atuou, em 2009, em articulação com diversos órgãos federais e estaduais para reduzir a tensão em vários pontos do território nacional. Pode-se citar, por exemplo, a atuação em Estreito, no Maranhão, na região de Extrema, em Rondônia e em Belo Monte, no Pará. Em relação ao “Gerenciamento de Crises”, cabe ressaltar a cooperação entre a SAEI/GSI e o Ministério da Saúde, no tocante ao planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações relativas à pandemia de Influenza A (H1N1). O “Gabinete de Crise”, coordenado pela SAEI/GSI, esteve interligado com nove outras “Salas de Situação”, nos mais diversos Ministérios, na ocasião, e encontrava-se em situação de prestar assessoria, mesmo se viessem a ocorrer cenários mais extremados de crise.

O boletim informativo “Monitora”, ferramenta que alerta os assessores diretos do Sr Presidente da República a respeito de pontos de tensão que podem vir a se transformar em crise, teve, em 2009, circulação semanal e diversas edições extraordinárias. Além disso, um “clipping” diário a respeito de matérias de segurança e defesa expediu cerca de 600 mil mensagens de correio eletrônico no correr de 2009.

TEMAS ACOMPANHADOS PELA SAEI/GSI/PR		
Área	Tema	Subtema
Crises	Gabinete de Crises	-
	Crises em Geral	-
Assuntos Internacionais	América Latina e Caribe	-
	África-Ásia	-
	América do Norte	-
	Operações de Paz	-
	Organismos Internacionais	Organização das Nações Unidas (ONU) / Comissão Européia / Organização dos Estados Americanos (OEA)
Segurança Institucional	Energia	-
Segurança Institucional	Meio Ambiente	Alterações Climáticas
		Biodiversidade
		Preservação Ambiental
	Movimentos Reivindicatórios	Manifestações / Greves
		Direitos Humanos
	Questões Fundiárias e de Sem-Teto	-
Organizações Não-Governamentais	-	
Terrorismo	-	
Segurança Institucional	Quilombolas	Movimentos Reivindicatórios
	Questões Indígenas	Legislação
		Política Indigenista
		Conflitos
	Segurança Pública	Garantia da Lei e da Ordem
		Segurança nos Estados
		Crime Organizado
		Imigração
Saúde Pública	Doenças Infecto-Contagiosas	
	Segurança Sanitária	
Defesa Nacional	Áreas Indispensáveis à Segurança Nacional	Amazônia
		Tríplice Fronteira
		Espaço Marítimo
		Espaço Aéreo
	Forças Armadas	Exército Brasileiro
		Força Aérea Brasileira
		Marinha do Brasil
		Ministério da Defesa
	Defesa Civil	Biodefesa
		Desastres Tecnológicos
Desastres Naturais		
Defesa Nacional	Recursos Naturais	Recursos do Mar
		Recursos Hídricos

	Inteligência	-
	Pensamento Estratégico	Política de Defesa
	Infraestrutura Crítica	-
	Programa Nuclear	-
	Programa Aeroespacial	-
	Segurança Portuária e Aeroportuária	Portos e Navios Aeroportos e Aeronaves
Ciência e Tecnologia	Temas Atuais	Biotecnologia
		Bens Sensíveis
		Biocombustíveis

Tabela 2 – Fonte: SAEI

Acompanhando o novo quadro de desafios, a Coordenação-Geral de Estudos promoveu onze eventos com o objetivo de reforçar os laços de cooperação entre a SAEI e o mundo acadêmico e atender demandas do Conselho de Defesa Nacional – CDN e da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo – CREDEN. Refletindo a crescente diversidade dos temas afetos à SAEI, os eventos em tela abarcaram assuntos que vão desde a Antártica à atividade de inteligência no Brasil, do controle da atividade de segurança privada ao desmatamento da Amazônia, do petróleo no pré-sal à situação política da Bolívia. De tal conjunto, caberia destacar o Seminário sobre o Panorama das Migrações na América do Sul e a publicação do livro “Fronteiras e Segurança Nacional”, produto de seminário que contou com a cooperação de representantes do Equador, Peru, Bolívia, Venezuela, Colômbia, França, Paraguai, Uruguai, México, Estados Unidos e Chile.

EVENTOS REALIZADOS PELA SAEI/GSI/PR			
Data	Evento	Participantes	Palestrantes
11 FEV	Conjuntura Política da Bolívia	23	Daniel Santiago Chavez Universidade Federal do Rio de Janeiro
25 MAR	Argentina: crise econômica e reflexos para a governabilidade, no contexto da crise internacional	17	Eduardo Viola Universidade de Brasília
26 MAR	Terra e Movimentos Sociais	20	Leonilde Servolo de Medeiros Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Segurança Institucional Universidade Federal de Santa Catarina
02 ABR	Quilombos	33	Ilka Boaventura Leite Universidade Federal de Santa Catarina Eliana Cantarino O’Dwyer Universidade Federal Fluminense

08 ABR	Atividade de Inteligência	37	Marco Cepik Universidade Federal do Rio Grande do Sul Domício Proença Júnior Universidade Federal do Rio de Janeiro
09 ABR	Desmatamento na Amazônia	11	Álvaro Palharini Polícia Federal/Ministério da Justiça
14 ABR	Controle da Atividade de Segurança Privada	10	Adelar Aderle Polícia Federal/Ministério da Justiça
29 ABR	Petróleo do Pré-Sal: uma questão estratégica	19	Paulo César Ribeiro Lima Câmara dos Deputados
30 ABR	Acordos trabalhistas e a crise internacional: possíveis conflitos	9	Antônio Augusto de Queiroz Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
06 MAI	Antártida	12	Jefferson Simões Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera
08 JUN	Migrações na América do Sul	159	Neide Patarra Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Paulo Sérgio de Almeida Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho e Emprego José Alberto Magno de Carvalho Universidade Federal de Minas Gerais

Tabela 3 – Fonte: SAEI

A Coordenação–Geral de Assentimento Prévio manteve rotina de elaboração de pareceres técnico–jurídicos de consulta, tendo concedido 250 (duzentos e cinquenta) Atos de Assentimento Prévio e elaborado 331 (trezentos e trinta e um) pareceres, sendo 199 (cento e noventa e nove) de Mineração, 16 (dezesesseis) de Quilombos, 69 (sessenta e nove) de Radiodifusão, 16 (dezesesseis) de Terras, 5 (cinco) de Pesquisa Científica e Patrimônio Genético e 26 (vinte e seis) diversos. A Coordenação trabalhou, ainda, na consolidação de respostas dos membros do CDN sobre matérias afetas a sua competência, além de ter se dedicado à conclusão dos estudos da Comissão Especial sobre Fronteiras, instituída por determinação do Presidente da República. Neste sentido, os trabalhos conduzidos pela SAEI demonstraram a importância da elaboração de uma política nacional para a faixa de fronteira, considerando a complexidade deste espaço e a demanda da comunidade local para iniciativas de desenvolvimento, com o objetivo de viabilizar a integração fronteiriça. Dando prosseguimento ao trabalho, já foi instituída nova Comissão Especial com o objetivo de propor atualização aos regulamentos da Lei da Faixa de Fronteira (Lei nº 6.634/79) e da

atuação do Conselho de Defesa Nacional (Lei nº 8.183/91), visando aperfeiçoar as atribuições desse Colegiado, adequando-as às atuais necessidades do Estado e da sociedade.

Cumpre também destacar os trabalhos realizados em relação aos quatro principais setores de Infraestrutura Crítica - IEC, a saber: transporte, energia, águas e telecomunicações.

No correr de 2009, foram ativados os grupos técnicos (GT) de segurança em infraestrutura crítica de transportes e de águas. Em especial, o GT na área de energia já completou a tarefa de identificação de suas infraestruturas críticas. A Assessoria de Infraestrutura Crítica foi responsável, ainda, pela coordenação de estudos sobre a gestão de riscos para as IEC.

Cabe mencionar, ainda, os ganhos de escala já vislumbrados com o trabalho continuado da Assessoria da Informação. Ao final do ano de 2009, o “Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República - GeoPR” já contava com o acesso aos Bancos de Dados de 42 (quarenta e dois) órgãos da administração federal, estadual e, agora, municipal. Em suma, o GeoPR traduz-se atualmente em ferramenta de Estado, dotada de elevado potencial estratégico, na medida em que permite o estabelecimento de inteligência coletiva sobre dados espaciais originados dos mais diversos órgãos.

2.2.2 Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGeS

Em 2009, além de cumprir suas atribuições, já relacionadas no item 2.1.4 do presente Relatório, o DGeS atuou também como Coordenador da Ação 4693 – Seg Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos – do programa 0750 – Apoio Administrativo, até a publicação da Portaria nº 64 / GSIPR, de 30 de novembro de 2009, em que foram estabelecidos novos coordenadores de Ações no âmbito do GSIPR.

Além da Ação supramencionada, o DGeS realizou também o acompanhamento e o controle das demais Ações/Programas do orçamento da UG GSIPR, a saber:

- Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 0641 – Inteligência Federal;
- Ação 6232 - Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação do Programa 0641 – Inteligência Federal;
- Ação 2003 - Tecnologia da Informação do Programa 0641 – Inteligência Federal; e

- Ação 2B27 - Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro do Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares.

O DGes, sendo o departamento do GSIPR vocacionado para lidar com os assuntos eminentemente de natureza administrativa, deu prosseguimento, ao longo do exercício financeiro de 2009, à consecução das novas atribuições que foram delegadas ao Gabinete, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 6.346, de 08 Jan 08, que alterou o Decreto nº 4.939, de 29 Dez 03, em que foram transferidas determinadas competências da Casa Civil/PR para o GSIPR. Tais competências referem-se, basicamente, ao planejamento e à execução orçamentário-financeira das atividades finalísticas deste órgão da estrutura essencial da Presidência da República, o que motivou a criação da Unidade Gestora 110322 – GSIPR.

Com a criação desta nova UG, foi elaborada a Portaria nº 14 – GSIPR/CH, de 14 Jul 08, publicada no DOU nº 134, de 15 Jul 08, delegando competência ao Ordenador de Despesas (OD) do GSIPR para firmar contratos, celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, afetos às atividades finalísticas da Unidade Gestora GSIPR, vedada a subdelegação. Por sua vez, a Portaria nº 20 – GSIPR/CH, de 29 Jul 08, publicada no DOU nº 145, de 30 Jul 08, delegou competência ao Ordenador de Despesas e ao Secretário-Executivo (SE), ambos do GSIPR, para, respectivamente, dispensar/reconhecer e ratificar as situações de dispensa e inexigibilidade de licitações realizadas em proveito das atividades do Gabinete.

Cabe salientar que os servidores designados para as funções de OD titular, substituto e interino do GSIPR estão lotados no DGes e as desempenham cumulativamente com outras funções que já exercem.

2.2.3 Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC

O DSIC/GSIPR atuou, em 2009, com foco nas ações que visaram à disseminação das boas práticas em gestão de segurança da informação e comunicações nos setores do GSIPR, bem como, nos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, através da sensibilização, conscientização, capacitação e especialização de servidores e agentes públicos da Administração Direta e Indireta.

Em termos de recursos recebidos no exercício de 2009, o DSIC foi contemplado com R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais) para execução da Ação 2003 (Tecnologia da Informação - TI), sendo que, desse valor, foram transferidos para ABIN, no decorrer do ano, por decisão do Senhor Ministro de Estado Chefe do GSIPR, a soma de R\$

864.282,46 (oitocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos). O valor restante destinou-se à aquisição de hardware, software e soluções em TI aplicadas na gestão da segurança da informação e comunicações.

Além da Ação 2003, o DSIC recebeu o montante de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) para execução da Ação 6232 (Capacitação de Recursos Humanos em Segurança da Informação e Comunicações - SIC), do Programa 0641 (Inteligência Federal). Tais recursos foram utilizados com a finalidade de capacitar servidores de diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) em SIC, conforme previsto na legislação que instituiu o DSIC, o Decreto nº 5772, de 8 de maio de 2006, como também, o Decreto nº 6931, de 11 de agosto de 2009, que aprovou a estrutura regimental do GSIPR.

Para otimizar os recursos orçamentários nesta Ação, o DSIC deu continuidade à estratégia de parceria com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, expediente que já vem realizando desde 2006. Tal estratégia permite que sejam realizados eventos de capacitação em vários pontos do território nacional, compartilhando as instalações e a logística disponibilizadas por um órgão público, a fim de atender servidores de outras entidades da APF. Dessa forma, grande parte dos recursos da Ação 6232 foi utilizada para pagamento de diárias e passagens de palestrantes do próprio DSIC que se deslocaram, a serviço, em decorrência da realização de tais eventos.

Os eventos de capacitação foram distribuídos em quatro grandes áreas que compõem o programa de cultura de SIC na APF: sensibilização, conscientização, capacitação e especialização. A meta proposta pelo DSIC seria sensibilizar o efetivo de servidores públicos federais, estimado em 900 mil; conscientizar 10% desse total, estimado em 90 mil; capacitar 10% dos conscientizados, totalizando 9 mil; e especializar 10% dos capacitados, chegando a 900 servidores.

Outra demanda extremamente relevante priorizada em 2009, esteve relacionada às questões inerentes à segurança cibernética. A motivação deste tema certamente resultou em ações no nível decisório de empreendimento de efetivos esforços de mobilização e de articulação de mecanismos para compartilhar soluções e melhores práticas de segurança da infraestrutura crítica da informação, o que fortaleceu, assim, a vigilância, a pró-atividade, e a inovação, minimizando os riscos cibernéticos globais. Nesta direção, estão sendo acompanhados a evolução do tema e seus desdobramentos em todo o País. Em 8 de outubro de 2008, após cerca de 1 (um) ano de estudos realizados pelo DSIC, o assunto foi apresentado na forma de uma proposta para a elaboração de uma Estratégia de Segurança e de Defesa

Cibernética para o País em uma reunião extraordinária da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDEN, do Conselho de Governo, convocada extraordinariamente para este fim. Naquela ocasião, após a apresentação do assunto e do modelo inicial proposto, os membros daquela Câmara, após uma discussão breve, deliberaram pela aprovação da iniciativa proposta por unanimidade.

Para dar mais consistência àquela decisão, durante os 8 (oito) meses seguintes, o DSIC ampliou os estudos buscando nesta fase inicial, principalmente, entender como os demais países estavam se preparando e que metodologia estavam empregando para fazer frente à esta ameaça, tendo sido gerados pela assessora técnica do DSIC, diversos documentos de base referencial sobre segurança cibernética e segurança das infraestruturas críticas da informação.

O exercício de segurança cibernética, realizado via internet pelo DSIC, sob o patrocínio do governo dos Estados Unidos, o SICGOV e o Workshop executado, no Rio de Janeiro, em conjunto com a Organização dos Estados Americanos - OEA demonstraram a preocupação deste departamento do GSIPR em tomar a dianteira nessa nova atividade.

Ainda nesse contexto, a criação do Grupo Técnico de Segurança Cibernética, junto à CREDEN, ocorrida em 2009, serviu para dar continuidade aos estudos para a criação de uma Estratégia Brasileira de Segurança Cibernética a partir de 2010. Dessa forma, os acordos de cooperação, em particular, o assinado com o Ministério da Defesa, permitirá que sejam otimizados os estudos técnicos para viabilizar um produto na área de segurança cibernética.

2.2.4 Departamento de Segurança – DSeg

A estratégia prioritária para a gestão orçamentária no ano de 2009 foi focada na busca da melhoria e adequação das dependências do Departamento de Segurança, sendo destinados, aproximadamente, 45% dos recursos orçamentários totais do DSeg para essa finalidade.

Não menos importante foi a estratégia de se priorizar a melhoria da capacitação e o suporte técnico às missões presidenciais, com destaque para a reposição dos coletes individuais de proteção balística; a substituição dos veículos do comboio presidencial alternativo; a aquisição de pistolas automáticas; a aquisição do sistema de proteção para rodas dos veículos de segurança; bem como a aquisição de um simulador tático de tiro.

Vale ressaltar que a gestão orçamentária do DSeg foi totalmente sistematizada, o que possibilitou procedimentos técnicos para a medição e acompanhamento da sua execução.

Os recursos alocados ao Departamento de Segurança totalizaram R\$ 21.319.180,00 (vinte e um milhões trezentos e dezenove mil e cento e oitenta reais), sendo que a execução atingiu o índice de 99,22%.

Outro avanço estratégico-administrativo de grande relevância foi a renovação do Termo de Cooperação entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Comando do Exército, por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington-DC (CEBW), nos Estados Unidos da América, para, na área externa, proceder importações de bens e serviços de exclusivo interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, o que permitiu maior fluidez ao suporte logístico, necessário à manutenção dos itens de alta performance, utilizados na execução das operações de Segurança Presidencial, em especial, equipamentos e armamentos **sem similar no mercado nacional**. Por meio de tal acordo, além de itens de reposição, também foram adquiridos equipamentos de comunicação de última geração, alguns supracitados, o que proporcionou a elevação do nível de segurança e confiabilidade nas operações de segurança, envolvendo autoridades presidenciais.

2.2.5 Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Nu SIPRON)

Em 2009, o SIPRON teve por objetivos desenvolver atividades e supervisionar e coordenar ações que permitiram manter, permanentemente, a capacidade para a pronta resposta a situações de emergência nuclear no País e a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear em desenvolvimento.

Como responsável pelas atividades relacionadas à proteção dos materiais e dos conhecimentos sensíveis empregados nos programas e projetos de desenvolvimento técnico-científico na área nuclear, o SIPRON tem sua atuação voltada às ações nos campos da proteção física de instalações e das salvaguardas nacionais.

No campo da proteção física de instalações, o SIPRON tem a atribuição de desenvolver atividades que permitam o planejamento integrado e a ação conjunta dos atores responsáveis pela adoção de medidas destinadas a evitar atos de sabotagem contra materiais, equipamentos e instalações usados em programas e projetos de desenvolvimento técnico-científico nuclear de interesse do Estado e da sociedade. Visa impedir a remoção não

autorizada de material, especialmente nuclear, e prover meios para a rápida localização e recuperação do material já desviado, garantindo a defesa do patrimônio nacional.

No campo das salvaguardas nacionais, a atribuição do SIPRON está relacionada ao planejamento de medidas preventivas destinadas a evitar ou a detectar, em tempo hábil, o desvio para uso não autorizado de materiais e equipamentos definidos e a resguardar dados, informações e estudos técnicos cujos sigilos sejam de interesse para o Estado no campo da utilização da energia nuclear.

O SIPRON, como responsável pelas atividades relacionadas ao gerenciamento e implementação da pronta resposta a situações de emergência nuclear no território nacional, em conformidade com o que dispõe a Convenção de Segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994, tem sua atuação voltada às ações que estabeleçam e mantenham defesas efetivas nas usinas nucleares instaladas no território nacional contra danos radiológicos potenciais, de forma a proteger indivíduos, sociedade e meio ambiente dos efeitos nocivos da radiação ionizante originária dessas instalações.

Cabe ao GSIPR, como órgão central, especificamente, as seguintes atribuições:

1. prestar a orientação superior para o desenvolvimento das atividades do Sistema e exercer o controle sobre essas atividades;
2. manter o entendimento, junto ao Ministério das Relações Exteriores, sobre o conteúdo de compromissos de interesse do Sistema, cogitados e/ou assumidos com órgãos e instituições internacionais;
3. examinar e proferir a decisão sobre os casos que possam resultar a superposição operacional dos órgãos e das unidades da estrutura organizacional do Sistema;
4. aprovar as propostas de Normas e Diretrizes para regulamentação das atividades do Sistema e dos Planos decorrentes;
5. aprovar as propostas de ações preventivas a serem adotadas para evitar e/ou minimizar as conseqüências de uma situação de emergência nuclear e de uma situação que coloque em risco a integridade dos materiais e dos conhecimentos sensíveis empregados nos programas e projetos em desenvolvimento na área nuclear;
6. incentivar a participação de representantes do SIPRON em conferências, congressos, reuniões e exercícios, nacionais e internacionais, de interesse do Sistema;
7. aprovar e supervisionar o planejamento de resposta a situações de emergência nuclear nas Unidades Operacionais do Sistema;

8. supervisionar e formular as diretrizes para fiscalização da execução das normas e diretrizes do SIPRON, respeitadas as competências dos demais integrantes da estrutura do Sistema;

9. elaborar e divulgar o Programa Anual de Atividades do Sistema (PAA/SIPRON);

10. supervisionar, coordenar e dirigir os exercícios programados no PAA/SIPRON;

11. prever em dotação orçamentária as necessidades de recursos financeiros para as ações sob sua responsabilidade, provendo esses recursos nas ocasiões em que se fizerem necessários; e

12. prever orientação para a alocação de recursos necessários à implementação de medidas que não tenham sido previstas em programa orçamentário.

Para alcançar o seu papel institucional o GSIPR criou em sua estrutura regimental o Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (NuSIPRON), com a competência de orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relativas ao SIPRON; assessorar e assistir o Secretário-Executivo do GSIPR nos assuntos do SIPRON; submeter ao Secretário-Executivo do GSIPR as resoluções da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON); e articular ações de forma a otimizar os meios e recursos, maximizar a efetividade de resultados e integrar ações voltadas à segurança do Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

2.3 Programas e Ações

O GSIPR realizou despesas, ao longo do exercício de 2009, nos seguintes programas / ações orçamentárias, de acordo com dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN):

2.3.1 Programa 0641 - Inteligência Federal

Tipo de programa	Serviços ao Estado
Objetivo geral	Desenvolver Atividades de Inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade.
Gerente do programa	Wilson Roberto Trezza
Gerente executivo	Não aplicável nesta
Indicadores	Não aplicável nesta
Público-alvo (beneficiários)	Servidores de Organizações da Administração Pública Federal

Tabela 4- Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável	Presidência da República
Coordenador da ação	Carlos Roberto Sucha
Unidades executoras	110322

Tabela 5– Fonte: SIGPLAN

2.3.1.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável	Presidência da República
Coordenador da ação	Raphael Mandarino Junior
Unidades executoras	110322

Tabela 6– Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3 Ação 6232 - Capacitação de Recursos Humanos em Segurança da Informação e Comunicações

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar recursos humanos estabelecendo programas destinados à formação e ao aprimoramento de recursos humanos com vistas à definição e à implementação de mecanismos capazes de fixar e fortalecer as pesquisas, desenvolvimento e execução, especializados em todos os campos da Segurança da Informação e das Comunicações.
Descrição	Treinamento de pessoal, participação em simpósios e seminários, cursos de especialização em áreas específicas de Segurança da Informação e de Comunicações.
Unidade responsável	Presidência da República
Coordenador da ação	Raphael Mandarino Junior
Unidades executoras	110322

Tabela 7– Fonte: SIGPLAN

2.3.2 Programa 0750 - Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às políticas públicas e áreas especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	-
Gerente do programa	A cargo da Casa Civil
Gerente executivo	Diretor do Departamento de Gestão e de Articulação Institucional.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	-
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Viagem cumprida/ planejada
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Tabela 8– Fonte: SIGPLAN

2.3.2.1 Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança de área e no transporte do Senhor Presidente da República, quando em eventos.
Descrição	Cobertura de gastos efetuados pelos efetivos militares das Forças Armadas empregados nas ações de segurança dos eventos do Presidente da República. As Forças Armadas realizam a coordenação de atividades de segurança nas áreas dos eventos do Senhor Presidente da República em território nacional. Ocorre que o Ministério da

	Defesa só dispõe de recursos orçamentários para emprego de efetivos militares, segundo plano próprio de operações, não caracterizando, em particular, a cobertura das despesas decorrentes de ações de segurança em eventos do Senhor Presidente. Evidencia-se, assim, a necessidade de recursos de destinação específica para atender às despesas decorrentes do emprego dos efetivos militares das Forças Armadas na segurança de área e do transporte do Senhor Presidente da República.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete da Presidência da República
Coordenador nacional da ação	Marcelo Muniz Costa
Unidades executoras	110322
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Gestão e de Articulação Institucional
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não há especificação

Tabela 9 – Fonte: SIGPLAN

2.3.3 Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.
Objetivos Específicos	Incentivar a pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas.
Gerente do programa	Odair Dias Gonçalves
Gerente executivo	Ricardo Dislich
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não aplicável
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não aplicável
Público-alvo (beneficiários)	Instalações nucleares e radioativas; comunidade científica; setor produtivo (indústria, agricultura e meio ambiente); instituições médicas; empresas de geração núcleo-elétrica; instituições de ensino.

Tabela 10 – Fonte: SIGPLAN

2.3.3.1 Ação 2B27 - Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o planejamento integrado e coordenar a ação conjunta e a execução continuada de providências que visem a atender às necessidades de segurança das atividades, das instalações e dos projetos nucleares brasileiros, particularmente do pessoal neles

	empregados, bem como da população e do meio ambiente com eles relacionados.
Descrição	Administração, manutenção e operacionalização do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON. Realização de Exercícios Simulados relacionados a acidentes nucleares. Realização de campanhas de esclarecimento. Promoção e/ou participação em cursos e seminários. Participação em conferências ou reuniões internacionais de interesse do SIPRON. Treinamento e capacitação de equipes. Cooperação no aperfeiçoamento do Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear em municípios brasileiros, principalmente em Resende e Angra dos Reis. Realização de estudos e mapeamento de áreas de risco de acidente, para priorizar a atuação governamental preventiva. Execução, acompanhamento e controle de atividades relacionadas ao SIPRON. Participação em atividades da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON) e dos Comitês de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear nos Municípios de Resende (COPREN/RES) e Angra dos Reis (COPREN/AR). Acompanhamento e fiscalização de descentralizações e convênios.
Unidade responsável	Presidência da República
Coordenador da ação	Marco Antônio Ramos
Unidades executoras	110322

Tabela 11 – Fonte: SIGPLAN

2.4 Programação Orçamentária

Denominação da Unidades Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Presidência da República	20101	110005

Tabela 12 – Fonte: SIAFI

2.4.1 Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Exercícios						
	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	3.452.995,49	21.400.160,00
	PLOA	-	-	-	-	3.452.995,49	21.400.160,00
	LOA	-	-	-	-	3.452.995,49	4.670.800,00
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	16.409.360,00
	Especiais	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	3.452.995,49	21.080.160,00

Tabela 13 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2 Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	2.011.310,00	5.599.840,00	-	-	-	-
	PLOA	2.011.310,00	5.599.840,00	-	-	-	-
	LOA	2.011.310,00	5.599.840,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		2.011.310,00	5.599.840,00	-	-	-	-

Tabela 14 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	3.452.995,49	21.400.160,00	2.011.310,00	5.599.840,00	-	-	
	PLOA	3.452.995,49	21.400.160,00	2.011.310,00	5.599.840,00	-	-	
	LOA	3.452.995,49	4.670.800,00	2.011.310,00	5.599.840,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	16.409.360,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		3.452.995,49	21.080.160,00	2.011.310,00	5.599.840,00	-	-	

Tabela 15 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

Da análise que se pôde fazer dos três últimos quadros apresentados, ao se comparar o montante proposto por esta UJ no Projeto de LOA para 2009 – R\$27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) – com o valor de 10.270.640,00 (dez milhões duzentos e setenta mil e seiscentos e quarenta reais), aprovado na LOA/2009 (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008) da UG 110322-GSIPR, somado ao crédito suplementar (aprovado pelo Decreto de 11 de maio de 2009), de R\$ 16.409.360,00 (dezesseis milhões quatrocentos e nove mil e trezentos e sessenta reais), o que fez um total de crédito orçamentário recebido pela UG de R\$ 26.680.000,00 (vinte e seis milhões seiscentos e oitenta reais), verifica-se que o GSIPR foi contemplado satisfatoriamente no que diz respeito às suas necessidades orçamentárias para o exercício considerado.

Fazendo um comparativo da composição do orçamento aprovado para o exercício considerado e a dotação orçamentária recebida pela UG para o exercício de 2008, registra-se que houve o acréscimo da Ação Orçamentária 2003 – Tecnologia da Informação, pertencente ao Programa 0641 – Inteligência Federal, o que acarretou um aporte no orçamento do GSIPR de R\$ 1.430.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta mil reais) para fazer face às despesas dessa natureza. Outra Ação contemplada no orçamento da UG GSIPR em 2009, e que não constou do orçamento da UJ no exercício de 2008, foi a Ação 2B27 – Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, vinculada ao Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares, cujo montante recebido foi da ordem de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

2.4.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110120	2272	-	-	105.500,00
		11120	2003	-	-	202.000,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	135050	2272	-	-	100.000,00
		120002	2B27	-	-	50.000,00
		160539	2B27	-	-	150.000,00
		772001	2B27	-	-	200.000,00
		110407	2B27	-	-	39.120,74
		154040	6232	-	-	291.600,00
		160317	2B27	-	-	75.000,00
		240101	2B27	-	-	12.590,41
		120090	4693	-	-	3.220,00
		160052	4693	-	-	30.000,00
160065	4693	-	-	30.000,00		

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

		160508	4693	-	-	64.168,33
		160504	4693	-	-	694.539,00
		160502	4693	-	-	12.300,00
		160145	4693	-	-	5.388,00
		781000	4693	-	-	8.931,00
		160388	4693	-	-	533,00
		160386	4693	-	-	2.256,20
		160183	4693	-	-	2.125,00
		160016	4693	-	-	992,50
		160340	4693	-	-	1.500,00
		160299	4693	-	-	17.885,60
		160443	4693	-	-	281,00
		160093	4693	-	-	4.800,00
		160349	4693	-	-	4.200,00
		160033	4693	-	-	5.573,00
		160232	4693	-	-	4.432,50
		160204	4693	-	-	1.700,00
		160002	4693	-	-	7.638,75
		160105	4693	-	-	19.161,80
		782801	4693	-	-	8.244,25
		160446	4693	-	-	1.370,00
		160156	4693	-	-	1.617,24
		160206	4693	-	-	447,72
		160047	4693	-	-	12.463,20
		160482	4693	-	-	11.879,00
		160030	4693	-	-	2.400,00
		160060	4693	-	-	726,33
		160255	4693	-	-	8.976,00
		160285	4693	-	-	6.000,00
		160341	4693	-	-	2.141,50
		160044	4693	-	-	2.000,00
		160045	4693	-	-	2.000,00
		160006	4693	-	-	9.956,80
		160293	4693	-	-	105,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	160502	4693	9.025.000,00	-	-
		120002	2B27	50.000,00	-	-
		160539	2B27	190.000,00	-	-
		772001	2B27	400.000,00	-	-
		135050	2B27	100.000,00	-	-
		160504	4693	200.400,00	-	-
	160508	4693	242.197,63	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-

Tabela 16 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

Dentre as competências que compõem as responsabilidades institucionais do GSIPR, está a de zelar pela segurança pessoal do Chefe de Estado nos locais onde esta autoridade esteja. Para tanto, nos eventos em que o Senhor Presidente da República se faz presente, são

acionados contingentes de organizações militares das Forças Armadas que participam da segurança afastada do mandatário da República. É nesse contexto que foram feitas as concessões de créditos orçamentários, elencadas na tabela acima, para as UG citadas, com o objetivo de ressarcir-las dos gastos que as mesmas tiveram no cumprimento dessas missões de segurança.

Registra-se que tais descentralizações de créditos estavam previstas no planejamento orçamentário da UG GSIPR para o exercício de 2009, por serem do interesse deste órgão da estrutura essencial da Presidência da República.

2.5 Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade Jurisdicionada

2.5.1 Despesa por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.453.900,46	3.289.767,45	2.453.900,46	3.289.767,45
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	210.254,96	567.779,69	210.254,96	567.779,69
Inexigibilidade	4.000,00	1.822.488,86	4.000,00	1.822.488,86
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	2.490.811,16	4.592.340,77	2.490.811,16	4.592.340,77
Outros	-	-	-	-

Tabela 17 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.5.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
339014 – Diárias Pessoal Civil	200.331,47	402.616,19	200.331,47	402.616,19	-	85.529,30	200.160,90	316.825,18
339015 – Diárias Pessoal Militar	2.290.479,69	4.189.724,58	2.290.479,69	4.189.724,58	-	465.619,37	2.277.086,67	3.719.952,87
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	117.071,02	-	117.071,02	-	-	-	117.071,02	-

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
339030 – Material de Consumo	398.372,71	1.424.316,36	398.372,71	1.424.316,36	217.544,00	948.341,22	180.828,71	464.525,73
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	78.987,98	208.393,26	78.987,98	208.393,26	13.248,23	38.223,88	65.739,75	170.169,38
339037 – Locação de Mão-de-Obra	-	141.485,38	-	141.485,38	-	141.485,38	-	-
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	132.185,94	2.762.489,71	132.185,94	2.762.489,71	88.694,71	700.047,23	43.491,23	1.837.676,13
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas	-	11.251,25	-	11.251,25	-	408,43	-	10.842,82
339092 – Despesas de Exercícios Anteriores	57,60	13.757,98	57,60	13.757,98	-	101,89	57,60	13.656,09
339093 – Indenizações e Restituições	-	5.000,00	-	5.000,00	-	2.251,35	-	2.748,65
339139 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	150,00	-	150,00	-	-	-	150,00

Tabela 18 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.5.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
449051 – Obras e Instalações	-	43.398,60	-	43.398,60	-	-	-	43.398,60
449052 – Equipamentos e Material Permanente	1.955.409,25	1.191.606,40	1.955.409,25	1.191.606,40	1.855.435,00	558.831,54	99.974,25	632.774,86

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 19 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

Após a apresentação dos três últimos quadros, referentes à execução orçamentária da UG GSIPR, cabe salientar que não houve, ao longo do exercício de 2009, alterações significativas na Programação Orçamentária da UJ.

Com relação a contingenciamentos e cortes orçamentários sofridos no exercício considerado, tampouco ocorreram quaisquer efeitos negativos expressivos na gestão da UG GSIPR que comprometessem os resultados planejados.

Como ponto positivo, que facilitou sobremodo a execução orçamentária desta UJ no último exercício findo, pode-se destacar a aprovação quase integral do orçamento da UG GSIPR previsto no PLOA, tendo havido um corte de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), de um montante de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), inicialmente proposto. Tal fato permitiu o cumprimento, em condições satisfatórias, das ações previstas pelo GSIPR para serem desenvolvidas ao longo do exercício de 2009.

2.6 Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
04	128	0641	6232	orçamentária	4	Servidor Capacitado	960	1.033	1.000

Tabela 20 – Fonte: SIGPLAN/DSIC-GSIPR

Dentre as Ações constantes da LOA / 2009 que compuseram o orçamento da UG GSIPR no exercício considerado, foi objeto de aferição a Ação 6232 – Capacitação de Recursos Humanos em Segurança da Informação e Comunicações, vinculada ao Programa 0641 – Inteligência Federal. Assim, conforme se depreende da análise do quadro acima, a

meta estipulada superou as expectativas. Esse resultado alcançado contribuiu sobretudo para o cumprimento dos objetivos gerais traçados pela UJ nessa relevante vertente da segurança institucional da Presidência da República que a segurança da informação e das comunicações.

Para as demais Ações Orçamentárias utilizadas pela UG GSIPR no exercício de 2009, não foram estipuladas metas físicas.

3. Composição de Recursos Humanos

3.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos ¹			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	75	75	75
Próprios	5	5	5
Requisitados	63	63	63
Celetistas	7	7	7
Cargos de livre provimento	833	833	902
Estatutários	37	37	88
Não Estatutários	796	796	814
Terceirizados	-	-	-
Total	908	908	977

Tabela 21 – Fonte: DIGEP/SA/CC/PR

3.2 Composição e custo de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO ²						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus).						
2007	6	106.436,80	-	-	-	-
2008	6	149.479,00	-	-	-	-
2009	5	137.687,00	-	-	-	-
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus).						
2007	NA	-	-	-	-	-
2008	NA	-	-	-	-	-
2009	NA	-	-	-	-	-

¹ Efetivo do GSIPR, excluídos os servidores da SENAD e da ABIN.

² Considerando o efetivo vinculado ao GSIPR, para fins de pagamento de pessoal, incluindo os servidores da SENAD e excluindo os da ABIN.

Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	32	1.572.342,86	-	-	-	-		
2008	36	2.116.726,00	-	-	-	-		
2009	37	2.310.437,00	-	-	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	54	601.939,19	-	-	-	-		
2008	44	498.505,00	-	-	-	-		
2009	37	486.074,00	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	966	6.033.901,43	-	-	-	-		
2008	1001	7.667.028,00	-	-	-	-		
2009	894	8.126.408,00	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 22 – Fonte: DIGEP/SA/CC/PR

Para o cumprimento de sua missão institucional no ano de 2009, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República contou com o quadro de recursos humanos acima informado. No entanto, em razão do acréscimo de atribuições recebidas pelo Gabinete nos últimos anos, considera-se que há a necessidade de uma majoração desse quadro de pessoal apresentado. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 3961/08, encaminhado pela Mensagem nº 667, de 29 de agosto de 2008, prevê a criação de 24 (vinte e quatro) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e mais 08 (oito) cargos de Gratificação de Exercício de Cargo em Confiança (GECC) para o GSIPR.

Cumprir registrar, ainda, que se encontra em fase de assinatura a proposta de republicação da Estrutura Regimental do GSIPR contendo 7 (sete) novos cargos DAS, criados pela Lei nº 12.200, de 14 de janeiro de 2010. Além disso, está em fase final de aprovação, em âmbito interno, a proposta de alteração da estrutura organizacional atual do GSIPR, que prevê a criação do Departamento de Coordenação do Sistema Brasileiro de Inteligência, do Departamento de Coordenação do Sistema de Proteção Nuclear e da Secretaria de Segurança Presidencial. Para tanto, torna-se imperiosa a criação/remanejamento de 20 cargos DAS e 10 GECC, a fim de promover a adequação da quantidade e da qualidade de servidores com a abrangência da missão do GSIPR.

Outrossim, por ser sua estrutura de recursos humanos composta, em sua maioria, de servidores civis e militares requisitados e devidamente selecionados junto a seus órgãos de origem, considera-se que o desempenho funcional dos mesmos é bastante satisfatório.

Por fim, destaca-se a atenção que foi dada, ao longo do exercício considerado, para o constante aperfeiçoamento dos servidores que integram esta UJ, por meio da disponibilização de diferentes programas de capacitação de RH, promovidos tanto pela Diretoria de Gestão de Pessoas/SA/CC da Presidência da República quanto pelo próprio GSIPR.

4. Pagamento de Restos a Pagar

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	13.563,59	0,00	13.563,59	0,00
2007	(1)			
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	2.174.921,94	201.310,72	1.963.146,87	10.464,35
2007	(1)			
Observações: (1) Não houve movimentação financeira neste ano, em razão de a UG GSIPR ter sido criada em 2008.				

Tabela 23 – Fonte: SIAFI

Os valores inscritos em Restos a Pagar, tanto os processados quanto os não processados, referentes ao exercício de 2008, foram considerados no planejamento e na elaboração do orçamento da UG GSIPR para o ano de 2009, não havendo quaisquer efeitos negativos que tenham prejudicado a gestão orçamentário-financeira desta UJ.

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

5. Transferências

No exercício em questão, foram transferidos pela UG GSIPR os seguintes recursos orçamentários e financeiros:

5.1. Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	160502	-	Atender despesas decorrentes da adequação de espaços físicos destinados ao pleno funcionamento da estrutura organizacional do sistema de segurança presidencial.	-	12.034.389,33	9.037.300,00	-	DEC	DSEG
Descentralização externa	160052	-	Atender despesas decorrentes da manutenção de armamento do tipo espingarda calibre .12, utilizadas nas Guardas dos Palácios da Presidência da República.	-	30.000,00	30.000,00	-	1º RCGD	DSEG
Descentralização externa	160065	-	Atender despesas decorrentes da manutenção do Estande de Tiro General Darcy Lázaro utilizado para treinamento de tiro do pessoal da Segurança Presidencial.	-	30.000,00	30.000,00	-	Cmdo 11ª RM	DSEG
Descentralização externa	160504	-	- Atender despesas decorrentes da aquisição de munição para uso do DSEG/GSI/PR. - Atender despesas decorrentes da aquisição de armamento para uso do DSEG/GSI/PR.	-	894.939,00	894.939,00	-	COLOG	DSEG
Descentralização externa	160508	-	- Atender despesas decorrentes da aquisição de Aparelho Portátil de Raios X com sistema de "Flat Panel". - Atender despesas decorrentes da aquisição de Sistema Teleprompter.	-	306.365,96	306.365,96	-	GAB CMTE EX/CEBW	DSEG

Tabela 24 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Respon-sável
Descentralização externa	120090	-	Descentralização de recursos para aquisição de material de balizamento para pouso de Helicóptero.	-	3.220,00	3.220,00	-	CABW	SCAAM
Descentralização externa	160145	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.388,00	5.388,00	-	17º BFron	DGes
Descentralização externa	781000	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	8.931,00	8.931,00	-	1º Distrito Naval	DGes
Descentralização externa	160388	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	533,00	533,00	-	3º RCG	DGes
Descentralização externa	160386	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	2.256,20	2.256,20	-	3º BPE	DGes
Descentralização externa	160183	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	2.125,00	2.125,00	-	72º BIMtz	DGes
Descentralização externa	160016	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	992,50	992,50	-	Cmdo CMA	DGes
Descentralização externa	160340	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	1.500,00	1.500,00	-	16º BIMtz	DGes
Descentralização externa	160299	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	17.885,60	17.885,60	-	Cmdo CML	DGes
Descentralização externa	160443	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	281,00	281,00	-	63º BI	DGes
Descentralização externa	160093	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.800,00	4.800,00	-	38º BI	DGes
Descentralização externa	160349	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.200,00	4.200,00	-	Cmdo 17ª Bda Inf SI	DGes

Tabela 24 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Respon-sável
Descentralização externa	160033	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.573,00	5.573,00	-	19º BC	DGes
Descentralização externa	160232	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.432,50	4.432,50	-	13º BIB	DGes
Descentralização externa	160204	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	1.700,00	1.700,00	-	25º BC	DGes
Descentralização externa	160002	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	7.638,75	7.638,75	-	CFron AC/4º BIS	DGes
Descentralização externa	160105	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	19.161,80	19.161,80	-	24º BC	DGes
Descentralização externa	782801	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	8.244,25	8.244,25	-	Base Naval de Aratu	DGes
Descentralização externa	160446	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	1.370,00	1.370,00	-	62º BI	DGes
Descentralização externa	160156	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	1.617,24	1.617,24	-	44º BIMtz	DGes
Descentralização externa	160206	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	447,72	447,72	-	30º BIMtz	DGes
Descentralização externa	160047	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	12.463,20	12.463,20	-	Cmdo 10º RM	DGes
Descentralização externa	160482	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	11.879,00	11.879,00	-	Cmdo 1ª Bda Inf SI	DGes

Tabela 24 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Respon-sável
Descentralização externa	160030	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	2.400,00	2.400,00	-	1ª Cia Inf	DGes
Descentralização externa	160060	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	726,33	726,33	-	BPEB	DGes
Descentralização externa	160255	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	8.976,00	8.976,00	-	1º BPE	DGes
Descentralização externa	160285	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	6.000,00	6.000,00	-	AGR	DGes
Descentralização externa	160341	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	2.141,50	2.141,50	-	17º GAC	DGes
Descentralização externa	160044	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	2.000,00	2.000,00	-	23º BC	DGes
Descentralização externa	160045	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	2.000,00	2.000,00	-	25ª CSM	DGes
Descentralização externa	160006	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	9.956,80	9.956,80	-	1º BIS	DGes
Descentralização externa	160293	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	105,00	105,00	-	1ª Bda AAAe	DGes

Tabela 24 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

5.2. Ação 2B27 - Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	120002	-	Atender despesas com o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	-	100.000,00	100.000,00	-	SEFA	SIPRON
Descentralização externa	160539	-	Atender despesas com o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	-	340.000,00	340.000,00	-	COTER	SIPRON
Descentralização externa	772001	-	Atender despesas com o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	-	600.000,00	600.000,00	-	DADM	SIPRON
Descentralização externa	110407	-	Atender despesas com o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	-	39.120,74	39.120,74	-	DEORF	SIPRON
Descentralização externa	240101	-	Atender despesas com o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	-	12.590,41	12.590,41	-	MCT	SIPRON
Descentralização externa	160317	-	Atender despesas com o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	-	75.000,00	75.000,00	-	ESIE	SIPRON

Tabela 25 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

5.3. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	135050	Processo nº 00186.000218/2009-80 Portaria nº 21 GSIPR/CH, de 21/06/2009 Vigência: junho a dezembro de 2009	Descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para o Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Embrapa/CNPM), para dar continuidade à estruturação do Sistema de Gestão Territorial da Infra-estrutura Crítica da Agroenergia.	Portaria publicada na Seção 1 do DOU de 12/06/09	200.000,00	200.000,00	-	Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite CNPJ: 00.348.003/012-08	SAEI

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

Descentralização interna	110120	Processo nº 00186.000220/2009-59 Processo nº 00186.000365/2009-50	Descentralização interna de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para a Agência Brasileira de Inteligência para adquirir material de consumo para fins de serviço de impressão de material de apoio às atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e para aquisição de material de expediente para apoio ao projeto “Segurança da Infraestrutura Crítica da Agroenergia”.	-	105.500,00	105.500,00	-	ABIN CNPJ: 01.175.497/000 1-41	SAEI
--------------------------	--------	--	---	---	------------	------------	---	---	------

Tabela 26 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

5.4. Ação 6232 – Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	154040	-	Atender despesas decorrentes de Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação	-	291.600,00	291.600,00	-	FUB	DSIC

Tabela 27 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

5.5. Ação 2003 - Tecnologia da Informação

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização interna	110120	Processo nº 00044.000274/2009-39	Descentralização interna de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para a Agência Brasileira de Inteligência para adquirir material de consumo de tecnologia da informação em apoio ao projeto “Segurança da Informação e Segurança Cibernética”.	-	202.000,00	202.000,00	-	ABIN CNPJ: 01.175.497/000 1-41	DSIC

Tabela 28 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

Anexo: Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação Completa (UJ):		Código da UG:	
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		110322	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis, referentes ao exercício de 2009, constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	29/03/2010
Contador Responsável	Rosaura Conceição Haddad	CRC nº	DF 9686

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

UG 110246 – Fundo Nacional Antidrogas

GESTÃO 00001

Relatório de Gestão Individual

2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 – IDENTIFICAÇÃO	4
1.1 – Informações Gerais de Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	4
2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	5
2.1 .RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	5
I. Competência.....	5
II. Objetivos Estratégicos	5
2.2 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
2.2.1 Programação de Despesas Correntes	6
2.2.2 - Programação de Despesas de Capital	6
2.2.3 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	7
2.2.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	8
2.3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	9
2.3.1 - Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	9
2.3.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	9
2.3.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	9
2.3.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	9
2.3.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	10
2.3.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	10
2.3.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	10
2.3.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	10
2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	11
2.4.1 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	11
2.4.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	12
3. RECURSOS HUMANOS	16
3.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	16
3.2 - Análise Crítica.....	16
4. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	18
4.1 Análise Crítica	18
5. TRANSFERÊNCIAS	19
5.1. Quadro de Detalhamento de Transferências	19
6 - CONCLUSÃO.....	21
7. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	22

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão contempla a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade Orçamentária 20926 – Fundo Nacional Antidrogas, e ainda, os recursos recebidos por transferência do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, conforme demonstrativos da Programação Orçamentária, Execução Orçamentária e Indicadores Institucionais.

Apresentamos a execução física das ações realizadas por Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas por meio de detalhamento de todos os projetos executados no exercício de 2009.

No caso desta Unidade Jurisdicionada não foram apresentados os quadros/informações a seguir justificadas por não se aplicarem ao nosso caso:

- a) O programa 0665 –Gestão da Política Nacional sobre Drogas, sob responsabilidade desta Unidade, por se tratar de um programa de gestão de políticas públicas, não possui um indicador de desempenho;
- b) Quanto a composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 , os Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos e Demonstrativo de Contratos de Terceirização de Área-Fim, deixamos de apresentar as informações uma vez que a gestão e o pagamento dos recursos humanos lotados na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas são feitos pela Secretaria de Administração da Presidência da República;
- c) Não há informações a relatar quanto ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- d) Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada informações sobre renúncia tributária concedidas; e
- e) No exercício de 2009, não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Gestora.

1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Informações Gerais de Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República - Gabinete de Segurança Institucional			Código SIORG: 20000
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo Nacional Antidrogas			
Denominação abreviada: FUNAD			
Código SIORG: 20926	Código LOA: 20926	Código SIAFI: 20926	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-2904	(061) 3411-2211	(061) 3411-4991
Endereço eletrônico: senad@planalto.gov.br			
Página da Internet: http://www.senad.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A" - 5º andar CEP: 70054-906 Brasília – DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei de criação do Fundo Nacional Antidrogas: nº 7.560 de 19 de dezembro de 1986 – Alterações: Lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993; Lei nº 9.804, de 30 de junho de 1999; e Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Criação da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – SENAD:: Medida Provisória Nº 1.669 de 19 de Junho de 1998.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 6.931 de 11 de Agosto de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110246	Fundo Nacional Antidrogas		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
110246	00001		

2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 .RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.

I. Competência.

a) A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, integra o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas e tem como objetivos, prioritariamente nos termos do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009,

b) Coordenar e integrar as ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de drogas, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação e a reinserção social de dependentes;

c) Desempenhar as atividades de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e

d) Gerir o Fundo Nacional Antidrogas.

II. Objetivos Estratégicos

Para a consecução dos seus objetivos, a SENAD estabeleceu como estratégias:

a) A realização de diagnóstico situacional, através de estudos e pesquisas de abrangência nacional sobre a situação do consumo de drogas no Brasil e seu impacto nos diversos domínios da vida da população geral e de grupos específicos. Os dados obtidos subsidiam a implementação das políticas públicas setoriais e fornecem à sociedade informações fidedignas e atualizadas sobre o tema;

b) A promoção de cursos de capacitação em parceria com instituições públicas e privadas, voltados para a formação de diferentes agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas e também multiplicadores de informações de prevenção, tratamento e reinserção social;

c) A implantação de projetos estratégicos de abrangência nacional com vistas a ampliar o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade;

d) A produção de conhecimento técnico-científico, o desenvolvimento de novas metodologias e a disponibilização desses conhecimentos à sociedade;

e) O fortalecimento das estruturas do SISNAD mediante a cooperação internacional, bem como a participação e apoio a eventos de mobilização da sociedade;e

f) o suporte financeiro e tecnológico ao SISNAD mediante a gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD e do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas – OBID;

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

2.2 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Denominação das Unidades Orçamentárias			Código da UO		Código SIAFI da UGO		
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS			20926		110246		
Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO					8.497.000,00	8.450.000,00
	PLOA					8.497.000,00	8.450.000,00
	LOA					7.713.001,00	10.700.000,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total						7.713.001,00	10.700.000,00

2.2.2 - Programação de Despesas de Capital

Denominação da Unidade Orçamentária			Código da UO		Código SIAFI da UGO		
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS			20926		110246		
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO					4.503.000,00	3.050.000,00
	PLOA					4.503.000,00	3.050.000,00
	LOA					4.058.000,00	6.050.000,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total						4.058.000,00	6.050.000,00

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

2.2.3 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Denominação das Unidades Orçamentárias		Código da UO		Código SIAFI da UGO			
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS		20926		110246			
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	8.497.000,00	8.450.000,00	4.503.000,00	3.050.000,00		
	PLOA	8.497.000,00	8.450.000,00	4.503.000,00	3.050.000,00	4.348.823,00	1.881.096,00
	LOA	7.713.001,00	10.700.000,00	4.058.000,00	6.050.000,00	4.348.823,00	1.881.096,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		7.713.001,00	10.700.000,00	4.058.000,00	6.050.000,00	4.348.823,00	1.881.096,00

Dos créditos previstos na LOA de 2009, R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais), decorreram de emendas parlamentares, dos quais apenas R\$ 1.000.000,00, (hum milhão de reais), foi liberado para empenho no mês de novembro/2009.

Relativamente ao Projeto de LOA/2009 encaminhada, a proposta foi integralmente acatada, no entanto, o limite autorizado para empenho foi estabelecido em R\$ 10.414.432,00, (dez milhões, quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e trinta e dois reais), que somado ao limite liberado de emendas parlamentares, esta Unidade Orçamentária contou no exercício de 2009, com disponibilidade de R\$11.414.432,00 (onze milhões, quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e trinta e dois reais).

A não liberação integral dos recursos orçamentários não afetou o atingimento das metas previstas no Plano de Ação da Unidade Gestora.

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

2.2.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Denominação da Unidade Orçamentária				Código da UO	Código SIAFI da UGO	
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS				20926	110246	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110001	0642214538853			362.300,00
	Concedido	110001	0442206652272			267.670,41
	Concedidos	110001	0442206654902			23.500,00
	Concedidos	110001	0442206658236			661.000,00
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153038	0442206654902			244.325,28
	Concedidos	153038	0442206658236			14.190,50
	Concedidos	155001	0642214538853			25.246,00
	Concedidos	100001	0442206658236			38.260,00
	Recebidos	301001	0642214538857			1.500.000,00
	Recebidos	301001	0642214538853			2.310.126,21
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	110001	0442206658236			3.636,00
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	200337	0442206658236			1.251.000,00
	Concedido	110407	0442206658236			388.641,80
	Recebidos					

As movimentações concedidas internamente ocorreram para a Secretaria de Administração da Presidência da República e objetivaram:

- a) o pagamento de despesas com diárias e passagens concedidas no interesse de atividades a cargo da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD;
- b) pagamento de despesas de correios necessárias à expedição de correspondências da SENAD e à distribuição de materiais informativos de interesse da Política Nacional sobre Drogas – PNAD; e
- c) aquisição de dois nobreaks para a SENAD.

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

2.3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.3.1 - Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.3.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	3.563.630,00	3.057.157,68	1.009.411,96	1.131.997,39
Convite				
Tomada de Preços		1.153.641,80		37.422,73
Concorrência				
Pregão	3.563.630,06	1.903.515,88	1.009.411,96	1.094.574,66
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	984.602,78	1.074.304,86	512.339,7	106.211,04
Dispensa	167.235,58	135.923,86	126.727,80	106.211,04
Inexigibilidade	817.367,20	938.381,00	385.611,90	
Regime de Execução Especial	62.585,52	30.033,17	32.227,84	18.743,02
Suprimento de Fundos	62.585,52	30.033,17	32.227,84	18.743,02
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				
Não se Aplica	6.777.545,99	7.186.378,39	5.708.720,14	2.113.266,70

2.3.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Pessoal								
2- Jur/Enc/Dv								
3- O D C	10.494.307,09	8.328.002,20	7.631.242,16	3.405.943,66	2.026.039,36	4.922.058,54	7.631.242,16	3.405.943,66
335041	7.778.166,29	4.886.630,18	6.447.372,81	1.368.389,80	1.330.793,48	3.518.240,38	6.447.372,81	1.368.389,80
339039	1.150.712,18	1.511.069,95	578.862,78	665.216,59	571.849,40	845.853,36	578.862,78	665.216,59
339033	713.471,82	745.421,10	590.075,34	690.907,98	123.396,48	54.513,12	590.075,34	690.907,98
Demais	851.956,80	1.184.880,97	14.931,23	681429,29	0	503.451,68	14.931,23	681429,29

2.3.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	3.994.646,06	3.019.871,90	1.622.253,83	360.240,83	2.372.392,23	2.659.631,07	1.622.253,83	360.240,83
449051	2.643.634,34	1.153.641,80	298.377,11	37.422,73	2.345.257,23	1.116.219,07	298.377,11	37.422,73
444041	1.351.011,72	900.000,00	1.323.876,72	0,00	27.135,00	900.000,00	1.323.876,72	0,00
449052	0	627.462,00	0	174.025,00	0,00	453.437,00	0,00	174.025,00
Demais	0,00	338.768,10	0,00	148.793,10	0,00	189.975,00	0,00	148.793,10
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

2.3.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.3.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação		1.406.290,40		
Pregão		1.406.290,40		
Contratações Diretas		1.500.000,00		168.795,00
Inexigibilidade		1.500.000,00		168.795,00
Regime de Execução Especial				
Pagamento de Pessoal				
Outros	3.400.188,80	516.289,81	3.046.676,00	
Não se Aplica	3.400.188,80	516.289,81	3.046.676,00	

2.3.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	3.994.646,06	3.019.871,90	1.622.253,83	360.240,83	2.372.392,23	2.659.631,07	1.622.253,83	360.240,83
449051	2.643.634,34	1.153.641,80	298.377,11	37.422,73	2.345.257,23	1.116.219,07	298.377,11	37.422,73
444041	1.351.011,72	900.000,00	1.323.876,72	0,00	27.135,00	900.000,00	1.323.876,72	0,00
449052	0	627.462,00	0	174.025,00	0,00	453.437,00	0,00	174.025,00
Demais	0,00	338.768,10	0,00	148.793,10	0,00	189.975,00	0,00	148.793,10
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

2.3.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	299.600,00		299.600,00				299.600,00	
1º elemento de despesa - 445041	299.600,00		299.600,00				299.600,00	
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ

Os créditos recebidos mediante descentralizações externas decorreram de Termo de Cooperação firmado com o Ministério da Justiça, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, com o objetivo de desenvolver um conjunto integrado de ações de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de drogas, tendo em vista a redução da criminalidade associada ao consumo dessas substâncias junto à população jovem.

No exercício de 2009, os recursos recebidos do PRONASCI foram destinados para:

a) Financiamento parcial de um curso de Capacitação para 15.000 conselheiros comunitários municipais de todo o Brasil, na modalidade de educação à distância, para atuarem na prevenção da violência associada ao uso indevido de álcool e outras drogas;

b) Capacitação de equipes para implementação da metodologia do “Consultório de Rua” na Bahia, abrangendo a cidade de Salvador e mais três municípios da região metropolitana: Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. O objetivo é a realização de ações de promoção, prevenção e redução de riscos e danos à saúde da população em situação de rua e vulnerabilidade social, com prioridade para crianças, adolescentes e jovens; e.

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

c) Serviços gráficos para impressão de cartilhas, livretos, folhetos, revistas, cartazes, e outras publicações sobre drogas, para disseminação de conhecimentos especializados com vistas à prevenção do uso indevido de drogas junto à população em geral.

2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

O Fundo Nacional Antidrogas é responsável pelo Programa 0665 - de Gestão da Política Nacional sobre Drogas, que tem como objetivo geral ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas visando atingir organizações públicas, privadas e não-governamentais e a sociedade, sendo executado mediante as seguintes ações:

8236- Apoio a Projetos de Interesse do SISNAD;

4902 – Capacitação de Agentes do SISNAD; e

2272 – Gestão e Administração do Programa.

A Diretoria de Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas coordenou as ações 8236 e 4902, ficando a ação 2272 por conta da Diretoria de Contencioso e Gestão do Fundo Nacional Antidrogas.

2.4.1 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0665		Denominação: Gestão da Política Nacional sobre Drogas				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
16.750.000,00	16.750.000,00	11.347.874,10	3.766.184,49	7.581.689,61	3.766.184,49	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1						
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Trata-se de Programa de Gestão de Políticas Públicas e não possui indicador.						

Na dotação total do programa estão incluídos valores decorrentes de emendas parlamentares que somaram R\$ 5.250.000,00. Deste montante foram liberados para empenho R\$1.000.000,00, que tiveram destinação específica conforme as propostas das emendas.

A dotação orçamentária originária da proposta da Unidade somou R\$ 11.500.000,00, e deste montante foi liberado para empenho um total de R\$10.414.432,00.

A execução orçamentária apresentada inclui valores empenhados, liquidados e pagos por Unidades que receberam recurso do programa, mediante descentralização.

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

2.4.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
04	422	0665	8236	A	4	Projeto apoiado	30	29	28
04	128	0665	4902	A	4	Agente Capacitado	15000	30538	15000
04	122	0665	2272	A	4				

Os projetos apoiados mediante estas ações, em 2009, foram os seguintes:

Ação 8236 – Apoio a Projetos Desenvolvidos pelos Órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

1 – Apoio ao projeto Levantamento sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas Capitais Brasileiras, respectivas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal;

2 – Manutenção e ampliação do serviço de atendimento telefônico diurno do VIVA VOZ - INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE DROGAS - 0800.510.0015. O Serviço VIVAVOZ realiza ações de prevenção universal e seletiva quanto ao uso de substâncias psicoativas por meio de técnicas de Intervenção Breve Motivacional (IBM) e orienta sobre os recursos da comunidade para atendimento a usuários, dependentes e seus familiares;

3 – Apoio ao projeto de elaboração do 1º Relatório sobre a Demanda e a Oferta de Drogas no Brasil, com o objetivo de levantar, analisar e reportar a situação da demanda, oferta e dos danos associados a drogas no Brasil entre os anos de 2001 a 2007. – 2009;

4 - Empenho de despesas para continuidade do primeiro levantamento nacional sobre a prevalência e o padrão de uso de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes universitários das redes pública e privada de ensino, das 27 capitais brasileiras;

5 – Apoio a projeto de modernização dos sistemas de interceptação utilizados pelo Departamento de Polícia Federal, mediante a aquisição de novos equipamentos de informática;

6 - Empenho de despesa para continuidade do Estudo do Impacto do uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas no trânsito brasileiro;

7 - Apoio ao projeto de reestruturação do núcleo de inteligência e operacional da DRE/DRCOR/SR/DPF/MS;

8 - Realização de evento alusivo à Semana Nacional Antidrogas, com premiação dos concursos Nacionais de Cartazes, Fotografia e Jingle, com os seguintes objetivos:

a) elevar o nível de conscientização da população brasileira sobre os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas;

b) promover a crescente mobilização e o engajamento da sociedade nas atividades de redução da demanda de drogas;

c) promover os valores da sociedade, dentre os quais o de valorização da vida;

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

9 - Produção, Impressão e Distribuição de Materiais de Orientação sobre a Prevenção, Tratamento e Reinserção Social sobre a temática Drogas;

10 - Apoio ao projeto de implementação da Rede de Pesquisa sobre Drogas, com o objetivo de Promover a formação, o intercâmbio e a descentralização de recursos humanos em pesquisa sobre drogas, visando a democratização do acesso de cientistas de todas as regiões brasileiras aos projetos de interesse da Política Nacional sobre Drogas;

11 - Auxílio financeiro concedido à Federação de Amor Exigente para enfrentamento da dependência química a partir do conhecimento a respeito da temática e métodos de tratamento, além de viabilizar a emancipação das famílias;

12 - Apoio a projeto visando a dotar de equipamentos e suporte necessários, o espaço cedido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania/SP, para desenvolvimento das atividades da Comissão Estadual Antidrogas/SP, possibilitando a concretização do objeto do Convênio nº 02/2006/GSIPR/SENAD/FUNAD, nisto, compreendido desde os trabalhos com arrecadação e licitação de bens até sua efetiva aplicação em ações de prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico e uso de drogas;

13 – Apoio a um evento visando socializar as tecnologias de redução de danos, obtidas através da produção científica e acadêmica do Brasil com a Europa de língua latina e outros países, levado a efeito pela Universidade Federal da Bahia;

14 – Apoio ao II Encontro Científico dos Pesquisadores da Rede de Pesquisa sobre Drogas e III Encontro de Cooperação Técnica e de Gestão, realizado em parceria com a Universidade Federal da Bahia;

15 – Apoio a evento de motivação e sensibilização de cidadãos em situação de risco ao uso indevido de drogas, usuários e dependentes a engajar-se em atividades que o tornem menos vulnerável a assumir comportamentos de risco, promovido pelo Serviço de Atendimento aos Usuários de Substâncias Químicas (SERUQ/SPSI/TJDFT);

16 – Apoio ao projeto de construção do 1º Hospital Veterinário para Cães Farejadores, com vistas a prover atendimento médico-veterinário aos cães do Exército Brasileiro, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Corpo de Bombeiros Militar do DF e das Polícias Militares do DF e entorno;

17 – Apoio a um projeto de modernização do Conselho Estadual de Entorpecentes e das Polícias Militar e Civil do Estado de Santa Catarina, mediante a aquisição de equipamentos modernos e adequados;

18 – Apoio financeiro ao Conselho Comunitário de Maringá - Oficina de Prevenção ao Uso de Drogas de Maringá, visando a oferecer aos usuários e dependentes de drogas um acompanhamento e tratamento profissional, com vistas à diminuição da reincidência criminal;

19 – Apoio financeiro à entidade Desafio Jovem do Ceará, visando promover para os recuperandos internos daquela instituição, capacitação em marcenaria e carpintaria como atividade terapêutica e alternativa para posterior inserção no mercado de trabalho, com perspectiva de geração de emprego e renda;

20 – Apoio a projeto visando a formar, organizar e analisar o banco de dados com as informações coletadas no I Levantamento sobre Padrões de Consumo de Álcool e outras Drogas entre Populações Indígenas no Brasil, executado mediante parceria com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora;

21 – Apoio a projeto de realização de campanha educativa de combate ao consumo de bebida alcoólica para jovens e adolescentes na cidade de São José do Rio Preto-SP, por meio de mobilização da comunidade de São José do Rio Preto/SP sobre as consequências do uso indevido e abusivo de bebidas alcoólicas de jovens, adolescentes e menores, por meio de ações estratégicas de comunicação, informação e mobilização, utilizando-se de mídia combinada (imprensa, rádio, TV, internet e out door), além de intervenções diretas junto ao público alvo consumidor, bem como o “fornecedor” (proprietário/gerente de bares/boate, garçons e atendentes);

22 – Apoio a projeto de avaliação da relação entre consumo de álcool e comportamento sexual de risco em pessoas portadoras do vírus HIV em tratamento anti-retroviral; do impacto de uma intervenção comportamental com enfoque em reino de habilidades sociais e resolução de problemas no consumo de álcool nesta população, projeto este desenvolvido em parceria com a Fundação Faculdade de Medicina/SP;

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

23 – Apoio a projeto visando a prevenir o uso indevido de drogas e a criminalidade, no Município de Engenheiro Beltrão – PR, mediante a formação profissional de 40 adolescentes / jovens;

24 – Auxílio financeiro concedido à entidade Associação de Moradores do Conjunto Cidade Operária da cidade de São Luis – MA visando a Contribuir com a redução do consumo de drogas em jovens entre 12 e 15 anos de idade do bairro da Cidade Operária;

25 – Auxílio financeiro concedido à Associação dos Centros de Pesquisa, Prevenção e Tratamento ao Uso Indevido de Drogas do Distrito Federal – ACAT, visando a promover a inclusão social e econômica, o resgate da cidadania e da auto-estima dos jovens e adultos com dependência química em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como, assistência aos familiares com palestras e orientações na busca de entendimento e superação dos problemas da dependência química;

26 – Apoio a projeto de implantação de um complexo de dois espaços terapêuticos com arquitetura indígena (ocas) para o desenvolvimento das atividades de promoção da saúde indígena e valorização dos saberes locais. Sendo uma oca destinada à realização de atividades coletivas (ex. terapia comunitária, técnicas de resgate da auto-estima, danças e rituais indígenas, bem como a formação em terapia comunitária e ações complementares) e outra para massoterapia, com quartos equipados para realização das massagens e um jardim de plantas medicinais aromáticas para uso nos banhos e massagens. Incluídos no projeto estão:

a) Capacitar 44 pessoas, dentre líderes, profissionais da área da educação, saúde e social, das 11 comunidades pesquisadas, na metodologia da Terapia Comunitária, para aplicá-la em suas aldeias, respeitando a proporção mínima de 3 jovens lideranças indígenas para 1 profissional atuante na aldeia.

b) Capacitar 20 lideranças da comunidade Pataxó em massoterapia, para atuarem junto aos indígenas em situação de estresse, bem como aos visitantes da aldeia oportunizando a geração de emprego e renda para a comunidade indígena.

c) Capacitar 30 lideranças da comunidade Pataxó em técnicas de resgate da auto-estima indígena para aplicá-la em suas aldeias.

Projeto relativo à ação 8236-0060

27) Projeto de subvenção social para as Comunidades Terapêuticas Fazenda Esperança no Estado de Alagoas - Visando a Promover a auto-sustentabilidade do programa de prevenção e recuperação de Dependências Químicas e re-inserção social desenvolvido pelas unidades da Fazenda da Esperança em Alagoas ampliando suas possibilidades de ação.

Projeto relativo à ação 8236-0058

28) Projeto de implementação de ações de prevenção às drogas e à violência desenvolvidas pela Secretaria Antidrogas do Município de Curitiba, através de oferta de vagas itinerantes em informática básica a jovens em situação de risco ao uso e abuso de substâncias psicoativas, formação de uma rede de colaboração de prevenção às drogas e à violência englobando a população de Curitiba e Região Metropolitana e também através da disponibilização de centros de inclusão digital a dependentes químicos em reabilitação.

O Projeto será executado no período de 09/12/09 a 01/12/10 e está sendo executado mediante parceria com o Município de Curitiba.

Projeto relativo à ação 8236-0056

29) Projeto de construção de um Centro de Recuperação de Dependentes Químicos, mediante convênio com o Município da Serra.

O Projeto será executado no período de 16/12/09 a 31/07/11 e custará R\$ 2.180.218,75, sendo que deste valor, R\$ 1.680.218,75 representam contrapartida financeira do Município da Serra.

Os projetos enumerados como 27, 28 e 29 foram executados em função de recursos de emendas parlamentares, alocadas para os municípios de Serra-ES, Curitiba-PR e Estado do Paraná e foram executados na Ação 8236-0001, visto que os recursos foram liberados nesta ação.

Ação 4902 – Capacitação de agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, para a redução da demanda de drogas

O resultado da execução física da ação extrapolou em 103,59% o previsto. Isto se deu motivado pelo fato de que os projetos também tiveram aporte de recursos do Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI.

Mediante esta ação foram levados a efeito os seguintes projetos de capacitação:

1 – Capacitação, na modalidade de educação a distância, de 5.000 pessoas que desempenham papel de lideranças religiosas ou que atuam em movimentos afins para ações de prevenção do uso de drogas e outros comportamentos de risco, bem como para abordagem de situações que requeiram encaminhamento às redes de serviços existentes na comunidade.

2 – Curso on-line realizado em parceria com a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo – FAP, com o objetivo de capacitar através de educação à distância, cerca de 10 mil profissionais da área de saúde, distribuídos em vários estados brasileiros, para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como para o encaminhamento de usuários com problemas e a realização de procedimentos de intervenção breve e reinserção social.

3 - Curso de Formação à Distância para 35 Pesquisadores em Álcool e outras Drogas, visando a:

a) estudar a questão das drogas (lícitas e ilícitas) como um fenômeno complexo em todas as suas dimensões (internacionais, nacionais e locais);

b) estimular a produção científica nacional e internacional sobre o fenômeno das drogas lícitas e ilícitas na América Latina, Caribe e África de língua portuguesa;

c) aprimorar a metodologia para a formação de pesquisadores na área sobre o fenômeno das drogas lícitas e ilícitas por meio do ensino à distância; e

d) propiciar a ampliação de produções científicas na área de álcool e outras drogas disponíveis na Internet.

4 - Capacitação de 250 líderes de amor-exigente no aprimoramento da metodologia amor-exigente; e capacitação de 250 novos coordenadores de grupos permanentes com a metodologia amor-exigente.

5 - Capacitação de 15.000 conselheiros comunitários municipais de todo o Brasil, na modalidade de ensino à distância, para atuarem na prevenção da violência associada ao uso indevido de álcool e outras drogas. Parte das despesas deste curso foi financiada com recursos do PRONASCI.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

Esta ação apoiou as seguintes atividades relativas à Gestão da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD e do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD:

1)- Concessão de suprimentos de fundos, na modalidade de pagamento com cartão de crédito, atendendo despesas essenciais ao levantamento, busca, regularização e apropriação ao FUNAD de bens imóveis, móveis e valores com definitivo perdimento em favor da União/FUNAD, bem como venda desses bens e incorporação dos resultados ao FUNAD;

2) Despesas relacionadas com a Articulação Estratégica da SENAD, incluindo-se despesas com diárias, passagens e locação de veículos;

3) Aquisição de materiais permanentes necessários à Administração da SENAD;

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

4) Integração das Estruturas do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SISNAD, mediante a orientação e acompanhamento da descentralização das estruturas do SISNAD ao nível municipal, bem como o alinhamento estratégico e normativo nas três esferas de Governo;

5) Participação do Brasil no MEM/CICAD/OEA, bem como nos Fóruns Multilaterais, Comistas e outros eventos internacionais; e

6) Desenvolvimento das atividades de Secretaria Executiva do CONAD.

O Fundo Nacional Antidrogas, considerando as receitas oriundas de perdimento de numerários, leilões de bens realizados diretamente pela SENAD ou mediante convênios, bem como as receitas oriundas de taxas decorrentes do controle de produtos químicos precursores de drogas, obteve, em 2009, um total de R\$ 28.845.047,19. Dos recursos arrecadados, R\$ 16.770.257,47, oriundos do controle de produtos químicos, foram destinados diretamente ao Departamento de Polícia Federal, no ato da arrecadação e R\$ -12.074.789,72 constituíram os recursos disponibilizados à SENAD para financiamento de projetos por ela aprovados.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos

Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	65	71	Σ
Próprios	0	0	
Requisitados	35	0	
Celetistas	30	0	
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	Σ
Estatutários	0	0	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	0	0	
Total	65	71	

3.2 - Análise Crítica

Para o cumprimento de sua missão institucional, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas -SENAD dispõe do quadro de pessoal acima informado. No entanto, considerando a abrangência das ações relacionadas à redução da demanda de drogas, assim como, a representação do Brasil nos diferentes fóruns internacionais sobre o tema, o número de servidores se apresenta quantitativamente aquém das necessidades, notadamente na área executiva, configurando uma demanda organizacional de pessoal reprimida. Soma-se a este cenário o fato desta Secretaria ter perdido o quadro de estagiários que eram mantidos com recursos oriundos da Embaixada dos Estados Unidos.

Apesar do grande esforço dos servidores para o atendimento de todas as metas estabelecidas e as demandas oriundas de todo o Brasil, não raro, essa carência de recursos humanos gera sobreposição e excesso de tarefas. Além do mais, esse déficit de pessoal vem trazendo dificuldades para a SENAD, inclusive, no tocante à definição de indicadores de desempenho para o acompanhamento dos projetos.

Ao mesmo tempo em que o efetivo da Secretaria diminuiu, a partir de 2009, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por meio da SENAD e o Ministério da Justiça, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, celebraram parceria para desenvolver o Programa “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência” que engloba ações conjuntas voltadas à Prevenção da Violência e da criminalidade associadas ao uso indevido de álcool e/ou outras drogas. Esta parceria gerou um incremento no volume de trabalho a ser executado pela equipe da SENAD, além de um aumento, na ordem de 54 milhões, dos recursos a serem geridos no âmbito desta Secretaria.

Apesar da realidade desafiadora, a qualidade dos serviços prestados e os resultados alcançados têm sido favoráveis, devido ao preparo técnico das chefias e das equipes em todos os níveis e setores do órgão, mas o indiscutível ônus causado pela sobrecarga de trabalho é fator de permanente preocupação da Direção da Secretaria.

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

Considerando a multiplicidade de temas e projetos levados a efeito pela SENAD, tem se mostrado necessário à capacitação de servidores pertencentes ao quadro de efetivo, o que vem sendo feito com grande sobrecarga e ônus pessoal das equipes, justamente pelo insuficiente número de servidores do quadro.

Por fim, o desempenho funcional da SENAD, em todos os níveis é considerado muito bom, apesar das condições acima relatadas e, somando-se a elas, a questão relativa ao sub-dimensionado espaço físico que o órgão passou a ocupar, em caráter de urgência, em razão da necessidade de desocupação da área no anexo II do Palácio do Planalto, tendo em vista o início das obras de restauração do Palácio.

Pelo exposto, conclui-se que há uma premente necessidade de ampliação tanto do quadro de recursos humanos da SENAD, quanto do espaço físico que ocupa.

4. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	402.094,80			
2009	1.008.281,8	28.435,00	579.538,00	400.308,80
2008				
2007				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	9.052.959,24			
2009	968.970,15	276.233,28	602.736,87	90.000,00
2008	2.462.122,93	19.667,91	2.442.455,02	0,00
2007	685.479,92	61.902,84	581.577,08	42.000,00
Observações:– DECRETO Nº 2.096, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1996 - NORMA DE EXECUÇÃO Nº 21, DE 20/12/96, .				

4.1 Análise Crítica

No demonstrativo de restos a pagar estão considerados os valores executados pela UJ, mediante o orçamento próprio e de orçamentos recebidos por descentralização. Não estão considerados os valores executados por transferências concedidas.

Os Pagamentos das inscrições em RP relativos a empenhos emitidos em outras Unidades Gestoras, com recursos transferidos por Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, foram garantidos mediante o repasse do financeiro equivalente à UG executora.

No que se refere à execução de orçamento com base em receita própria, estas foram feitas dentro dos limites de arrecadação do exercício.

O elevado valor de inscrição em restos a pagar não processados que foram transferidos para o exercício de 2010, é decorrente de contratos e convênios firmados no último mês do exercício de 2009, cujos processos de liquidação não foram concluídos em tempo hábil.

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

5. TRANSFERÊNCIAS

5.1. Quadro de Detalhamento de Transferências

Concedente									
UG/CNPJ		Denominação							
110246		FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS							
Tipo	Nº SIAFI	Convenente	Valor pactuado	Contrapartida	Repasse até o Exercício	Repasse no Exercício	Vigência		Sit
							Início	Fim	
1	700674	00.394.718/0001-00	100.000,00		100.000,00		22/12/08	15/04/10	0
1	700759	00.394.718/0001-00	371.450,31		371.450,31		22/12/08	20/12/10	0
1	700385	00.394.718/0001-00	176.506,06		176.506,06		28/11/08	28/11/10	0
1	722923	00.703.697/0001-67	51.420,00				20/12/09	30/06/10	0
1	633783	00.989.587/0001-03	38.637,60		38.637,60		17/12/08	30/04/10	0
1	706606	00.673.445/0001-32	83.800,00		70.000,00	70.000,00	30/10/09	30/01/10	0
1	621526	01.084.089/0001-84	342.010,30		184.610,00		11/03/08	11/05/09	8
1	591134	01.084.089/0001-84	204.400,00		204.400,00		23/04/07	23/09/09	5
1	722890	02.505.476/0001-00	20.000,00				21/12/09	17/12/10	0
1	700768	03.015.475/0001-40	640.750,35		640.750,35		18/12/08	01/12/10	0
1	598364	03.015.475/0001-40	280.474,23		280.474,23		19/12/07	30/11/09	5
1	622038	03.607.712/0001-61	30.000,00		30.000,00		19/03/08	19/03/09	8
1	723006	05.330.436/0001-62	1.561.200,20				30/12/09	31/12/10	0
1	622565	06.192.746/0001-20	30.000,00		30.000,00		08/04/08	08/01/09	8
1	722973	06.799.282/0001-15	100.096,00				16/12/09	31/12/10	0
1	700742	07.437.996/0001-46	3.307.820,00		1.153.000,00		15/12/08	14/08/10	0
1	599853	07.437.996/0001-46	1.975.051,80		1.106.742,80		21/12/07	31/03/10	0
1	600115	07.437.996/0001-46	3.607.243,00		1.967.243,00	751.848,00	26/12/07	28/02/10	0
1	575650	08.631.821/0001-38	375.602,60		375.602,60		14/12/06	31/01/10	0
1	599492	08.631.821/0001-38	333.577,70	133.577,70	333.577,70		20/12/07	31/07/09	8
1	722903	12.102.570/0001-71	18.175,00				23/12/09	31/03/10	0
1	723310	14.645.162/0001-91	1.589.874,78				17/12/10	16/12/10	0
1	622458	23.098.718/0001-68	30.000,00		30.000,00		02/04/08	02/04/09	8
1	722983	27.174.093/0001-27	2.180.218,75	1.680.218,75			16/12/09	31/07/11	0
1	722965	32.901.381/0001-76	79.920,00				28/12/09	14/08/10	0
1	700744	40.226.946/0001-95	116.503,10		78.339,10		20/12/08	20/09/09	5
1	560609	40.245.920/0001-94	171.985,60		171.985,60		28/06/06	31/07/09	8
1	703017	46.381.000/0001-80	146.293,10		146.293,10	146.293,10	08/06/09	28/02/10	0
1	722948	48.555.775/0001-50	100.000,00				16/12/09	30/12/10	0
1	631648	56.577.059/0001-00	1.772.340,00		1.323.623,84	592.990,72	01/08/08	31/07/10	0
1	722934	56.577.059/0001-00	26.200,00				21/12/09	24/01/12	0
1	623099	62.596.853/0001-95	30.000,00		30.000,00		08/05/08	08/05/09	8

Relatório de Gestão/2009 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

(Continuação - QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS)

Tipo	Nº SIAFI	Convenente	Valor pactuado	Contrapartida	Repassado até o Exercício	Rep. no Exercício	Vigência		Sit
							Início	Fim	
1	722935	65.709.966/0001-48	28.600,00				21/12/09	30/07/10	0
1	700555	68.314.830/0001-27	453.982,00		316.742,00	171.000,00	15/12/08	15/03/10	0
1	703281	68.314.830/0001-27	710.950,00		31.932,00	31.932,00	21/09/09	02/12/10	0
1	593429	74.704.008/0001-75	2.514.274,16	23.100,00	2.310.512,92	247.913,28	14/09/07	30/03/10	0
1	719981	76.417.005/0001-86	434.784,00	34.784,00			09/12/09	06/01/11	0
1	722931	76.950.039/0001-31	102.175,00				21/12/09	31/08/11	0
1	722941	78.092.616/0001-27	60.000,00				16/12/09	14/06/10	0
1	622264	79.372.108/0001-65	23.579,55		23.579,55		27/03/08	27/03/09	8
1	708373	82.951.294/0001-00	139.825,00				01/12/09	01/12/10	0
1	599841	83.476.911/0001-17	707.024,68	199.885,00	479.024,68	85.171,68	26/12/07	30/05/09	8
1	574828	92.034.321/0001-25	35.000,00		35.000,00		08/12/06	28/02/09	8
1	567793	92.398.056/0001-64	2.218.503,70		2.218.503,70		01/09/06	24/05/10	0
1	700559	92.398.056/0001-64	2.456.567,00		1.782.800,00		10/12/08	09/04/10	0
1	700771	92.398.056/0001-64	523.920,00	348.000,00	541.560,00	541.560,00	15/12/08	15/04/10	0
1	706846	92.398.056/0001-64	398.598,80	312.000,00	398.598,80	398.598,80	20/10/09	15/04/10	0
1	580164	92.398.056/0001-64	485.326,36	324.875,00	485.326,36		22/12/06	12/01/09	8
3		200337	-		7.696.442,84	1.251.000,00	08/06/06	07/06/10	0
3		100001	56.056,00		56.056,00	56.056,00	13/11/09	16/04/10	0
3		090022	285.000,00		285.000,00		25/11/08	30/03/09	8
3		110407	417.882,00		388.641,80	388.641,80	29/11/09	05/10/10	0
3		153038	14.206,00		14.206,00	14.206,00	01/09/09	30/01/10	0
3		153038	244.325,58		244.325,58	244.325,58	01/09/09	30/01/10	0
3		153018	30.000,00		30.000,00		01/12/07	30/12/09	5
3		155001	10.841.345,26		25.246,00	25.246,00	20/12/09	31/12/11	0
Total			43.073.475,57	3.056.440,45	26.206.734,52	5.016.782,96			

Legenda:

Tipo	
1	Convênio
3	Termo de Cooperação
Situação	
0	Adimplente
5	Concluído
8	Baixado e Arquivado

As transferências para a UG 200337 são decorrentes da aplicação do Parágrafo único do Art. 5º da Lei 7.560, com a redação dada pela Lei nº 9.804, de 1999, que prevê a destinação de até 40%, dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas obtidos mediante a apropriação de valores ou a venda de bens apreendidos em decorrência do crime de narcotráfico, à polícia apreensora. Neste caso, o Termo de Cooperação com o Departamento de Polícia Federal não possui um valor fixo pactuado.

6 - CONCLUSÃO

Como encerramento deste relatório, pode-se concluir que a atuação da SENAD, enquanto órgão responsável pela implementação de ações relativas à redução da demanda de Drogas no país e pela efetiva implementação da Política Nacional sobre Drogas – PNAD, tem atendido às diretrizes de sua missão institucional.

Todos os projetos implementados estão fundamentados na integração das políticas setoriais e descentralização das ações nos estados e municípios e são executados através do estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais. Todo esse esforço procura envolver os diversos setores da sociedade que, de alguma forma, têm afinidade com o tema e resultou, ao longo de 2009, em amplas e importantes conquistas, que projetaram o País no cenário internacional como referência na implantação de políticas sobre drogas e na modernização legislativa.

Através de parcerias institucionais com órgãos de governo e universidades, as diversas capacitações realizadas buscaram assegurar uma formação de qualidade dos atores sociais que lidam diretamente com o tema drogas e podem atuar como multiplicadores de informações de prevenção, tratamento e reinserção social. Esse esforço tem permitido a formação e a articulação de uma ampla rede de proteção social, formada por conselheiros municipais, educadores, profissionais das áreas de saúde, educação, segurança pública, conselhos comunitários, lideranças religiosas, entre outros.

Em relação ao eixo diagnóstico, os levantamentos epidemiológicos sobre o consumo de drogas realizados têm possibilitado o monitoramento e a análise das tendências de consumo no País para grupos específicos que vivem sob maior vulnerabilidade. Os novos estudos em andamento terão como resultado uma melhora no foco de ação das políticas, como é o caso do levantamento de consumo entre estudantes de ensino fundamental e ensino médio e estudantes universitários.

Além das ações previstas para 2009, nesse ano, foi assinado um acordo, já citado neste documento, entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por meio da SENAD e o Ministério da Justiça, por meio do PRONASCI, para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à Prevenção da Violência e da criminalidade associadas ao uso indevido de álcool e/ou outras drogas, intitulado “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência”. O foco deste programa é a juventude e as ações desenvolvidas são de natureza preventiva, tratamento e reinserção social, visando o fortalecimento da rede de saúde e assistência e a otimização do acesso aos serviços disponíveis. A proposta deste programa é somar esforços e intervir conjuntamente através de novas ações, além de potencializar projetos já existentes no âmbito da SENAD (capacitações, concursos, disseminação de boas práticas, material informativo), sempre visando o acesso da população aos projetos de Governo. Numa primeira etapa, desde 2009, estão sendo atendidos pelo programa municípios de cinco regiões metropolitanas, selecionadas com base nos altos índices de criminalidade e violência e por integrarem os “Territórios de Paz” do MJ/Pronasci: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador e Distrito Federal que, no total, abrangem cerca de 24 milhões de habitantes.

Como perspectiva, a previsão é a continuidade das ações em 2010 através da capacitação de cerca de 80 mil profissionais de diversas áreas em 10 diferentes cursos, voltados à prática diária dos serviços de saúde, assistência, educação, segurança pública e lideranças comunitárias, além de outras ações permanentes de prevenção junto à comunidade, sempre monitorando a evolução do fenômeno no País.

7. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação Completa (UJ):			Código da UG:
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS			110246
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis, referentes ao exercício de 2009, constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	08/03/2010
Contador Responsável	Rosaura Conceição Haddad	CRC nº	DF 9686

Brasília – DF, 05 de março de 2010.

PAULO ROBERTO YOG DE MIRANDA UCHÔA
 Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas